



ARISTIDES JUNQUEIRA
ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

Aristides Junqueira Alvarenga
Luciana Moura Alvarenga Simioni

Juliana Moura Alvarenga
Roberto Baptista

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO-PRESIDENTE DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Supremo Tribunal Federal

ADI 0004346

0773842-23.2008.1.00.0000

20/11/2009 13:59



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO–CONAMP, entidade de classe de âmbito nacional, com sede no SRTVS, Quadra 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Bloco II, salas 634/636, em Brasília, Distrito Federal (**docs. 01 e 02**), por seus procuradores (**doc. 03**), com fundamento no art. 103, inciso IX, da Constituição, vem perante esse colendo Supremo Tribunal Federal ajuizar

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE,
com pedido de suspensão liminar de eficácia

do inteiro teor do § 3º do artigo 5º e do inciso XXI do artigo 45, ambos da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, do Estado de Minas Gerais (**doc. 04**), por ofenderem os artigos 5º, incisos LV e LXXIV; o art. 22, I, bem como o *caput* do art. 127 e os incisos I, III e VII do art. 129, todos da Constituição da República, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.





O TEOR DA NORMA IMPUGNADA

Eis o parágrafo e o inciso insertos na Lei Complementar nº 65/2003 do Estado de Minas Gerais, cuja inconstitucionalidade, que se quer ver declarada:

“Art. 5º – Compete à Defensoria Pública:

...

§ 3º – O exercício da assistência jurídica aos necessitados é privativo da Defensoria Pública.

...

Art. 45 – Aos Defensores Públicos do Estado incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhes especialmente:

...

XXI – requisitar a instauração de inquérito policial e diligências necessárias à apuração de crime de ação penal pública;”.

DA LEGITIMIDADE ATIVA DA ASSOCIAÇÃO PROPONENTE

Por força de alteração estatutária, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público-CONAMP é uma entidade de classe de âmbito nacional, *“integrada pelos membros do Ministério Público da União e dos Estados, ativos e inativos, que tem por objetivo defender as garantias, prerrogativas, direitos e interesses, diretos e indiretos, da Instituição e dos seus integrantes, bem como o fortalecimento dos valores do Estado Democrático de Direito”*, na clara dicção do artigo 1º do Estatuto, devidamente registrado.





A substancial alteração inspirou-se na ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, passando a CONAMP a ter natureza e estrutura associativas semelhantes àquela.

Se, anteriormente, era possível concluir ser a CONAMP uma associação de associações, agora se torna inquestionável seu caráter de associação de classe de âmbito nacional, tal como a AMB, dado que seus sócios são os membros, individualmente considerados, dos diversos ramos do Ministério Público, da União e dos Estados-membros, tornando-se, portanto, legitimada a propor ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do artigo 103, inciso IX, da Constituição Federal.

DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Dentre as finalidades da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público-CONAMP está a de *“defender o fortalecimento do Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”* e *“defender os princípios e garantias institucionais do Ministério Público, sua independência e autonomia funcional, administrativa, financeira e orçamentária, bem como os predicamentos, as funções e os meios previstos para o seu exercício”*, claramente postos no artigo 2º, incisos II e III, respectivamente, do Estatuto.

Ora, tendo em vista que os dispositivos combatidos dizem respeito ao exercício privativo, pela Defensoria Pública, da assistência jurídica prestada aos necessitados, bem como outorga aos defensores públicos o poder de requisição de instauração de inquérito policial, está





cristalina a pertinência temática entre os objetivos da Associação proponente desta ação e as normas impugnadas. Com efeito, também, o Ministério Público pode prestar assistência jurídica aos necessitados, como, por exemplo, ao propor ação civil pública relativa a defesa de consumidores impossibilitados economicamente de contratar advogado. Quanto ao poder de requisitar inquérito policial e diligências alusivas à apuração de crimes de ação penal pública, a pertinência temática é, ainda, mais gritante, eis que tais atribuições são legalmente outorgadas ao Ministério Público.

DA INCONSTITUCIONALIDADE

MATERIAL DO § 3º DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 65/03, DE MINAS GERAIS

O citado artigo 5º, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 65/03 padece de vício material, pois limita o acesso do cidadão hipossuficiente à justiça e pode acarretar, até mesmo, dificuldade ao pleno exercício de defesa, no âmbito da Justiça penal.

Além disso, a norma questionada afronta diretamente o disposto no artigo 5º, incisos LV e LXXIV, da Constituição Federal, que assim dispõem, respectivamente:

“Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

“O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.





Equivocam-se aqueles que, ao interpretar o art. 134 da Constituição Federal (“*A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV*”), asseveram ser atividade **privativa** da Defensoria Pública o atendimento aos necessitados. Tal afirmativa significaria um indesejável monopólio da defensoria pública com relação aos hipossuficientes.

Ora, como já assinalado acima, há diversos casos em que o Ministério Público terá legitimidade para propor ações em favor de pessoas necessitadas. Tanto é assim que a própria Constituição Federal, em seu artigo 127, caput, confere ao Ministério Público o dever de proteger direito individual indisponível, caso esse venha a repercutir de alguma forma nos interesses sociais. A propósito, cabe trazer à colação precedente desse colendo Supremo Tribunal Federal, publicado há pouco mais de ano:

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS. PRECEDENTES.

1. A Constituição do Brasil, em seu artigo 127, confere expressamente ao Ministério Público poderes para agir em defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis, como no caso de garantir o fornecimento de medicamentos a hipossuficiente.

2. Não há que se falar em usurpação de competência da defensoria pública ou da advocacia privada. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE 554088 AgR / SC , Relator(a): Min. EROS GRAU, Julgamento: 03/06/2008, DJ 20-06-2008, Órgão Julgador: Segunda Turma- realce da Associação autora).





A toda evidência, não há que se falar em atribuição privativa da Defensoria Pública, quando se trata do exercício da assistência jurídica aos necessitados.

E mais, não se pode fechar os olhos à dura realidade vivida pelas Defensorias Públicas do Brasil. Conforme se sabe, o órgão no Estado de Minas Gerais, ainda não possui plena condição de exercer seu múnus.

Ademais, temos quase seis mil Municípios no Brasil e, evidentemente, em todos, ou quase todos, há hipossuficientes necessitados de assistência judiciária, mas, certamente, não há defensores públicos em número satisfatório ao atendimento deles.

Por amor ao debate, cabe lembrar, ainda, que é de grande interesse da sociedade, os convênios firmados pelo Estado com Faculdades de Direito, com a Ordem dos Advogados do Brasil e organizações não governamentais para prestação de assistência jurídica aos carentes, tendo em vista a inexistência de defensoria pública em diversas regiões.

Cabe citar, aqui, as palavras do eminente Ministro Gilmar Mendes, digníssimo Presidente desse egrégio Supremo Tribunal Federal, proferidas na sessão de abertura do Ano Judiciário, ocorrida em 02 de fevereiro de 2009:

“...

Segundo dados do CNJ, no ano de 2007, tramitaram no Poder Judiciário brasileiro cerca de 68 milhões de processos, o que representava mais de uma demanda para cada 2,5 habitantes. Considerando que o acesso à justiça ainda é um problema para grande parte da população brasileira, se não houver uma revisão da “práxis judicializante” em breve não haverá estrutura possível para a prestação jurisdicional que se exige no País.

Ressalte-se que esta forte demanda não pode desestimular as ações para tornar o Poder Judiciário





mais aberto e acessível. Nesse sentido, a cooperação do Judiciário com as defensorias públicas, com a OAB e instituições voluntárias para expandir a assistência judiciária deve ser aprofundada com maior afinco, dados os excelentes frutos percebidos nestas iniciativas.

(<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo534.htm>).

Diante do grande número de demandas, não só em Minas Gerais mas em todo o Brasil, está clara a necessidade da atuação de outras instituições para se alcançar uma justiça mais acessível a todos.

DA INCONSTITUCIONALIDADE
FORMAL E MATERIAL DO INCISO XXI DO ART.45 DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 65/03, DE MINAS GERAIS

Quanto ao artigo 45, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 65/03, é cristalino o vício formal, eis que patente a afronta ao disposto no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

*I - direito civil, comercial, penal, **processual**, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;*

Percebe-se, portanto, que, o dispositivo impugnado usurpa competência legislativa privativa da União, pois aumenta o rol de legitimados a requisitar instauração de inquérito policial, previsto no art. 5º, II, do Código de Processo Penal, assim como atribui competência a





Defensores Públicos para requisição de diligências tendentes a apurar crimes de ação penal pública.

Sendo tal matéria de cunho processual penal, não se pode permitir tal usurpação de competência legiferante da União, constitucionalmente prevista. Nesse sentido, cabe citar julgado dessa excelsa Corte que, ao dispor sobre a competência para legislar sobre inquérito policial, aduziu:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 32 , INC. IV , DA LEI SERGIPANA N. 4.122 /1999, QUE CONFERE A DELEGADO DE POLÍCIA A PRERROGATIVA DE AJUSTAR COM O JUIZ OU A AUTORIDADE COMPETENTE A DATA, A HORA E O LOCAL EM QUE SERÁ OUVIDO COMO TESTEMUNHA OU OFENDIDO EM PROCESSOS E INQUÉRITOS. PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

1. É competência privativa da União legislar sobre direito processual (art. 22 , inc. I , da Constituição da República).

2. A persecução criminal, da qual fazem parte o inquérito policial e a ação penal, rege-se pelo direito processual penal. Apesar de caracterizar o inquérito policial uma fase preparatória e até dispensável da ação penal, por estar diretamente ligado à instrução processual que haverá de se seguir, é dotado de natureza processual, a ser cuidada, privativamente, por esse ramo do direito de competência da União.

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente"

(ADI 3896/SE , Rel^a. Min. Carmem Lúcia, decisão unânime, DJ 07/08/2008- realce da Associação autora).

Ora, cabe lembrar que, por ser o Ministério Público o órgão titular da ação penal, é desse a atribuição de requisitar a instauração de inquérito policial para averiguação de crimes de ação penal pública.





Sendo assim, não há que se falar em requisição por parte de defensor público, pois requisição tem índole de ordem legal, que não pode ser desrespeitada. Não é requerimento que possa ser indeferido. Imaginar que o Defensor Público possui capacidade de ordenar que o delegado de polícia instaure inquérito é inconcebível, porque não condiz com as atribuições constitucionais que lhe foram outorgadas.

De qualquer forma, depreende-se da correta interpretação da Constituição Federal que poderia, sim, um membro da Defensoria Pública, como qualquer pessoa do povo, dar notícia do delito (*notitia criminis*) ao delegado de polícia ou ao promotor, para que haja a devida apuração. Contudo, não se trata de uma ordem legal, mas de um requerimento. Daí a inconstitucionalidade da norma ora impugnada.

Quanto à prerrogativa da Defensoria Pública, no sentido de requisitar diligências para apuração de crime de ação penal pública, é de se concluir também pela sua inconstitucionalidade formal e material.

O Ministério Público detém o monopólio da ação penal pública, pois assenta o artigo 129, incisos I e VII, da Constituição Federal:

“São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

...

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Portanto, evidente o vício da norma impugnada, tendo em vista que tal função é inderrogavelmente do Ministério Público, órgão competente para promover, com exclusividade, a ação penal pública.





DO PEDIDO DE SUSPENSÃO LIMINAR

A relevância jurídica da questão, relativa às inconstitucionalidades apontadas, revela-se pelos próprios fundamentos acima expostos.

De outro turno, a fumaça do bom direito em prol da Associação proponente é manifesta e está a revelar a plausibilidade jurídica das inconstitucionalidades aqui aventadas.

Quanto à urgência, concernente à suspensão dos dispositivos impugnados, basta lembrar que as normas questionadas já estão em vigor, limitando o acesso daqueles considerados hipossuficientes à Justiça, bem como conferindo o poder aos Defensores Públicos para requisitarem instauração de inquérito e diligências para apuração de crime de ação penal pública.

Daí a conveniência e a urgência da concessão da liminar para a suspensão das normas questionadas. É o que ora se requer.

DO PEDIDO FINAL

Tendo em vista todo o exposto, a Associação proponente pede, depois de apreciado seu pedido de suspensão liminar de eficácia do dispositivo ora impugnado, sejam colhidas as informações de praxe e, após, seja dada vista dos autos aos Excelentíssimos Senhores Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República.

Pede, finalmente, seja julgada procedente esta ação, declarando-se a inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 5º e inciso XXI do artigo 45, ambos da Lei Complementar do Estado de Minas Gerais



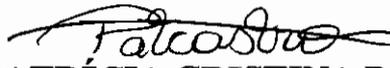


nº 65, de 16 de janeiro de 2003, por contrariar o disposto no artigo 5º, incisos LV e LXXIV, o art. 22, I, bem como o *caput* do art. 127 e os incisos I, III e VII do art. 129, todos da Constituição da República.

Pede deferimento.

Brasília, 18 de novembro de 2009.


ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA
OAB/DF 12.500


PATRÍCIA CRISTINA DE CASTRO
OAB/DF 30.137



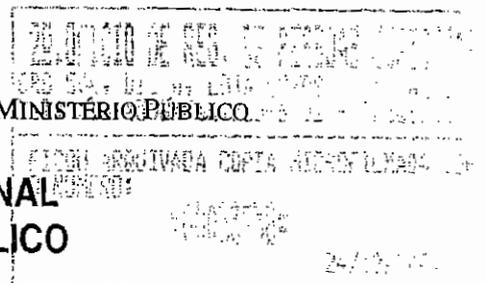
DOC. 01





ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONAMP



CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS

Art. 1º - A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - **CONAMP**, entidade de classe de âmbito nacional, é uma sociedade civil, integrada pelos membros do Ministério Público da União e dos Estados, ativos e inativos, que tem por objetivo defender as garantias, prerrogativas, direitos e interesses, diretos e indiretos, da Instituição e dos seus integrantes, bem como o fortalecimento dos valores do Estado Democrático de Direito.

Art. 2º - São finalidades da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - **CONAMP**:

- I - defender os direitos, garantias, autonomia, prerrogativas, interesses e reivindicações dos membros do Ministério Público da União e dos Estados, ativos e inativos;
- II - defender o fortalecimento do Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- III - defender os princípios e garantias institucionais do Ministério Público, sua independência e autonomia funcional, administrativa, financeira e orçamentária, bem como os predicamentos, as funções e os meios previstos para o seu exercício;
- IV - promover a unidade institucional do Ministério Público Brasileiro;
- V - promover a representação e a defesa judicial e extrajudicial dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos membros do Ministério Público da União e dos Estados, ativos ou inativos, e de seus pensionistas, podendo, para tanto, ajuizar mandado de segurança, individual ou coletivo, mandado de injunção, ação direta de inconstitucionalidade e outras medidas, independentemente de autorização assemblear;
- VI - atuar como substituto processual daqueles por cujos direitos, interesses e garantias cumpre velar;
- VII - pugnar por remuneração condigna, que assegure a independência dos membros do Ministério Público;
- VIII - buscar melhores condições de seguridade social, previdenciárias e de assistência social e médico-hospitalar aos membros do Ministério Público e a seus beneficiários;
- IX - estimular o intercâmbio entre os integrantes de seu quadro institucional, prestando apoio e assistência, na área de sua atuação, àqueles que lhe solicitarem auxílio;
- X - congregar os membros do Ministério Público Brasileiro, promovendo a cooperação e a solidariedade entre todos, de modo a estreitar e fortalecer a união da classe;
- XI - colaborar com os Poderes Públicos no desenvolvimento da justiça, da segurança pública e da solidariedade social;
- XII - colaborar com o Governo, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionem com o Ministério Público e seus membros;
- XIII - desenvolver ações nas áreas específicas das funções institucionais, dentre outras, as dos direitos humanos e sociais, do consumidor, do meio-ambiente, do patrimônio coletivo, da infância e juventude, as criminais, cíveis e eleitorais;

2º OF. NOTAS E PROTEGTO - DP:
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA QUE FUE PRODUZIDA
PELO DO ORIGINAL QUE SE ENCONTRA EM 63M V/

~~7007~~ 2009

Escola de Artes e Ofícios
 Escola de Artes e Ofícios - Pólo Paulista
 Colégio Industrial de São Paulo



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

20. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
MINISTÉRIO PÚBLICO - CAV. 10.514
Tel: 223-4500/Fax: 225-6001 - Brasília-DF
=00013738=

XIV - estimular a produção intelectual e cultural dos membros do Ministério Público, através de convênios de edição de livros, órgãos informativos próprios e formação de grupos de estudos;

XV - desenvolver outras atividades compatíveis com sua finalidade, aprovadas pelos seus órgãos. 24/10/2001

Art. 3º - A CONAMP tem sede na Capital da República.

Parágrafo único - A CONAMP poderá ter subsede executiva no local em que seja domiciliado o seu Presidente.

Art. 4º - A CONAMP será mantida pelas contribuições mensais dos integrantes de seu quadro institucional e por doações recebidas, sem encargo, de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

CAPÍTULO II DO QUADRO INSTITUCIONAL

Art. 5º - O quadro institucional da CONAMP compõe-se das seguintes categorias:

I - Associados Efetivos - os membros do Ministério Público da União e dos Estados, ativos e inativos;

II - Associados Agregados - os pensionistas de Associados Efetivos falecidos;

III - Afiliadas - as Associações de Ministério Público.

Parágrafo Único - A manutenção do vínculo com a CONAMP de Associado que vier a ser desligado do quadro da Associação Afiliada dependerá de expressa manifestação do interessado.

Art. 6º - Os Membros Honorários, assim considerados aqueles agraciados com a Medalha do Mérito da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, integram quadro especial.

§ 1º - Um terço das Associações Afiliadas ou grupo de, no mínimo, quinhentos (500) Associados poderá propor, fundamentadamente, ao Presidente da CONAMP, a indicação de quem tenha prestado relevantes serviços à Instituição, para que seja admitido como Membro Honorário.

§ 2º - Recebendo a indicação, o Presidente a incluirá na ordem do dia da primeira reunião do Conselho Deliberativo, para decidir.

Art. 7º - A CONAMP manterá cadastro atualizado de todos os integrantes de seu quadro institucional, cabendo às Associações Afiliadas fornecer:

I - cópia de seus estatutos;

II - relação nominal dos seus associados, com indicação dos membros ativos e inativos e respectivos endereços, bem como dos que pertencem à primeira e à segunda instâncias;

III - valor da mensalidade dos seus associados e escala de vencimentos em vigor;

IV - lei orgânica ou legislação que discipline a atuação do respectivo Ministério Público e, se for o caso, exemplar da Constituição Estadual;

V - endereço e telefone da sua sede principal, bem como de seus atuais diretores.

Parágrafo único - As Associações Afiliadas comunicarão à CONAMP qualquer alteração no seu estatuto, quadro associativo ou diretoria.

off
Janina
Recebi

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DPF
AUTENTICACAO
AUTENTICO ESTA COPIA CLIX E RESPONDE
PELO DO ORIGINAL. RES. 950/94, art. 9º, III, V

70012009

SECOY DE ALTA SEGURANCA
 COM O LOGO DA UNIAO BRASILEIRA
 COM O LOGO DO GOVERNO FEDERAL



20. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
CNS 704 - BL. A - LOTA 07/08 - 1º ANDAR
FICHA ARQUIVADA CÓPIA MICROFILMADA
NÚMERO: 00035736
24/10/2001

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 8º - Nos termos deste Estatuto, são direitos dos Associados Efetivos e das Associações Afiliadas, no que couber:

- I - integrar delegações e comissões da **CONAMP**;
- II - propor a concessão da Medalha do Mérito da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 6º deste Estatuto;
- III - convocar a Assembléia Geral e o Conselho Deliberativo, nos casos e formas previstos;
- IV - solicitar o apoio e a assistência da **CONAMP**;
- V - propor ao Presidente a adoção de medidas que visem a assegurar as finalidades referidas no artigo 2º deste Estatuto;
- VI - ter preferência nas inscrições para eventos promovidos pela **CONAMP**;
- VII - usufruir dos serviços e benefícios proporcionados pela **CONAMP**, diretamente ou por convênio;
- VIII - exercer os demais direitos previstos neste Estatuto.

§ 1º - Aos Associados Agregados aplica-se o disposto nos incisos IV, V e VII.

§ 2º - Os Associados e as Associações Afiliadas somente poderão exercer os direitos previstos neste Estatuto, se estiverem em dia com o cumprimento de suas obrigações.

Art. 9º - São deveres dos Associados e das Associações Afiliadas, no que couber:

- I - exercer, com zelo e eficiência, as atribuições dos cargos que ocupem nos órgãos da **CONAMP**;
- II - pagar, pontualmente, as contribuições mensais;
- III - atuar pelo reconhecimento ou preservação de garantias, autonomia e prerrogativas institucionais, perante as autoridades competentes;
- IV - divulgar estudos, sugestões e atividades desenvolvidas pela **CONAMP**;
- V - enviar à **CONAMP** exemplar de suas publicações;
- VI - manter atualizado o seu cadastro junto à **CONAMP**, comunicando prontamente as alterações havidas;
- VII - desempenhar as atribuições que lhe forem cometidas, prestando contas de seus atos;
- VIII - zelar pelo bom nome da **CONAMP**.

Art. 10 - A contribuição mensal dos membros do quadro institucional será fixada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 11 - Mediante deliberação da Diretoria, a **CONAMP** poderá instituir contribuições extraordinárias, inclusive para a realização de Congresso Nacional do Ministério Público, as quais não poderão ultrapassar a três vezes o valor da contribuição mensal ordinária.

Art. 12 - O atraso injustificado do pagamento de três mensalidades importará na suspensão dos direitos do inadimplente.

Parágrafo único - A suspensão somente será revogada mediante o pagamento do débito, que poderá ser parcelado, a critério da Diretoria.

Handwritten signature and initials

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DPF
AUTENTICADO
AUTENTICO ESTA COPIA QUE É FIDELIDADE
FIEL DO ORIGINAL QUE SE ENCONTRA EM P.M.V.

79072009

BANCO DA AVIAÇÃO SOLVEM
 BOMAS BOMAS BOMAS BOMAS
 BOMAS BOMAS BOMAS BOMAS



20 OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
CARGO: S.A. DL. A. LOJA 07/08 - (AV. N.º 500)
(Tel: 223-4508/Fax: 223-6692 - Brasília-DF)
FICHA ARQUIVADA LÍQUIDA MICROFILMADA Nº
O NÚMERO: 00013756
24/03/01

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Art. 13 - São órgãos da CONAMP:

- I - a Assembléia Geral;
- II - o Conselho Deliberativo;
- III - a Diretoria;
- IV - o Conselho Fiscal;
- V - as Diretorias Regionais.

Art. 14 - Os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal serão providos mediante eleição única, que será realizada em reunião ordinária do Conselho Deliberativo, na Capital da República, até trinta (30) dias antes da data prevista para o término do mandato, à exceção do cargo de Tesoureiro, que será de livre escolha do Presidente da **CONAMP**, dentre os Associados Efetivos.

§ 1º - A Diretoria baixará instruções para as eleições, pelo menos quarenta e cinco (45) dias antes de sua realização, respeitadas as seguintes regras:

- I - inscrição de chapa eleitoral, composta por Associados Efetivos da **CONAMP**, que contemple todos os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, vedada a candidatura a mais de um cargo pelo mesmo Associado e a participação em mais de uma chapa eleitoral;
- II - a votação será por escrutínio secreto, por meio de cédula contendo as chapas inscritas, identificadas pela denominação que adotarem para essa finalidade;
- III - a apuração será feita imediatamente após o término da votação, considerando-se eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos;
- IV - encerrada a apuração, os eleitos serão proclamados, devendo tomar posse em sessão solene.

§ 2º - Qualquer Associado Efetivo poderá concorrer a cargo da Diretoria e do Conselho Fiscal, permitida uma reeleição consecutiva.

§ 3º - Não se exigirá para a candidatura dos Associados Efetivos qualquer espécie de credenciamento ou anuência de Associação Afiliada.

Art. 15 - Estão impedidos de concorrer aos cargos mencionados no artigo 14 deste Estatuto:

- I - os ocupantes de qualquer dos seguintes cargos ou funções:
 - a) Procurador-Geral;
 - b) Procurador-Geral Adjunto, Substituto ou equivalente;
 - c) Corregedor-Geral, Corregedor-Geral Adjunto ou equivalente;
 - d) de confiança de Procurador-Geral e de Corregedor-Geral;
 - e) Diretor de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Institucional ou de Escola Superior do Ministério Público.
- II - os afastados da carreira e os inativos que estejam ocupando cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional, ou que se encontrem no exercício de mandato eletivo;
- III - os que estejam no efetivo exercício da advocacia.

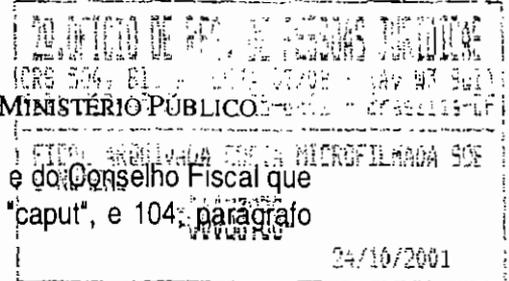
Art. 16 - O ocupante de cargo da Diretoria e do Conselho Fiscal que vier a incidir em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior perderá o mandato.

Assessor
Juris
afp

2ª OF. NOTAS E PROTESTO - DPF
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA CUF E FERRONIL
FIM DO ORIGINAL (E) ASSINADO EM 08/11/17

70012009

ASSOCIADOS ABRIL COLPHEIL
 ASSOCIADOS PAULO FERREIRA
 ASSOCIADOS INACIENANTO BERNARDO



Art. 17 - Também perderá o mandato o ocupante de cargo da Diretoria e do Conselho Fiscal que vier a se candidatar a qualquer dos cargos previstos nos artigos 94, "caput", e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 18 - No caso de vacância de cargo da Diretoria e do Conselho Fiscal, o mandato será completado pelo respectivo substituto, nos termos deste Estatuto, realizando-se eleição se inexistir substituto e faltar mais de seis meses para o término do mandato.

Art. 19 - O exercício dos cargos eletivos é gratuito, vedada a percepção de remuneração, estipêndio, gratificação ou pagamento que represente, a qualquer título, forma indireta de retribuição por serviços prestados à **CONAMP**.

Parágrafo único - Aplicam-se ao Tesoureiro as disposições deste artigo, bem como as incompatibilidades previstas nos arts. 15, 16 e 17 deste Estatuto.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL E DO CONSELHO DELIBERATIVO

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 20 - A Assembléia Geral compõe-se de todos os integrantes do quadro institucional, sendo presidida pelo Presidente da **CONAMP** e secretariada por seu Secretário-Geral.

§ 1º - As deliberações da Assembléia Geral são tomadas por maioria simples de votos, com exceção da que versar sobre a extinção da **CONAMP**, que exige maioria absoluta dos integrantes do quadro institucional.

§ 2º - O Associado Efetivo terá direito a voz e voto e o Agregado a voz.

§ 3º - Também terá direito a um voto cada Associação Afiliada, que será representada por quem seu estatuto indicar, ou, sendo omissa, por seu Presidente ou Associado por ele designado.

§ 4º - Só se admitirá o voto pessoal, vedado o voto por procuração.

§ 5º - Compete à Assembléia Geral deliberar sobre:

- I - a extinção da **CONAMP** e a destinação de seu patrimônio;
- II - os assuntos de relevância institucional que lhe forem submetidos pelo Conselho Deliberativo.

SEÇÃO II DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 21 - O Conselho Deliberativo é presidido pelo Presidente da **CONAMP** e composto dos representantes das Associações Afiliadas.

§ 1º - Aplica-se ao Conselho o disposto no § 3º do art. 20, no que couber.

§ 2º - Ao Conselho Deliberativo compete:

- I - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II - decidir sobre o pedido de destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III - rever, de ofício, a exclusão de integrante do quadro institucional decidida pela Diretoria;
- IV - fixar as contribuições mensais;

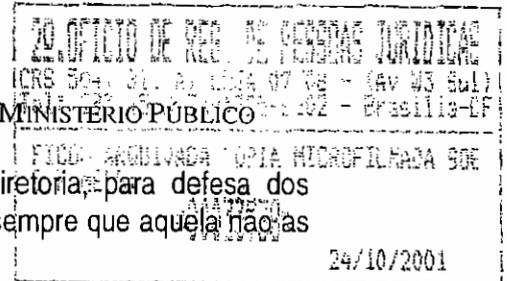
Handwritten signature

Handwritten signature

2ª OF. NOTAS E PROTESTO - DP:
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA CUM E RESPOSTA
PEL DO ORIGINAL DE Nº 60444 AN. 614. V.

70072009

SECOY DE JUSTIÇA COLMERA
 INTA CLASSE PAULO SILVEIRA
 COLMERA INACQUANTO SERRAVALLO



- V - deliberar sobre a adoção de medidas, a cargo da Diretoria, para defesa dos interesses e prerrogativas institucionais de âmbito nacional, sempre que aquela não as adote de ofício;
 - VI - deliberar sobre a tomada de medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis e demais iniciativas referidas no artigo 2º deste Estatuto, sempre que a Diretoria não as adote de ofício;
 - VII - alterar o Estatuto da CONAMP;
 - VIII - submeter à deliberação da Assembléia Geral os assuntos de relevância institucional que não estejam inseridos na competência privativa de outros órgãos estatutários;
 - IX - apreciar, no final da gestão, as contas da Diretoria;
 - X - constituir delegações e comissões da CONAMP para cuidar de assuntos do interesse do Ministério Público de âmbito nacional ou para realizar estudos sobre matéria relevante para a Instituição;
 - XI - deliberar sobre a realização do Congresso Nacional do Ministério Público;
 - XII - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas.
- § 3º - O Conselho Deliberativo decidirá por maioria simples de votos, com exceção da matéria referida no inciso VII, que será decidida pela maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL E DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 22 - Ao Presidente incumbe:

- I - proceder às convocações, elaborando a ordem do dia das reuniões;
- II - verificar a existência de "quorum";
- III - assinar as atas das reuniões, bem como os termos de abertura e encerramento de seus livros;
- IV - ler o expediente de cada reunião;
- V - votar como membro e, em caso de empate, dar o voto de qualidade;
- VI - exercer as demais atividades necessárias à condução dos trabalhos nas reuniões.

Art. 23 - O Secretário-Geral da CONAMP é o Secretário da Assembléia-Geral e do Conselho Deliberativo, e tem as seguintes atribuições:

- I - redigir as atas das reuniões, assinando-as e colhendo, em lista própria, as assinaturas dos presentes;
- II - proceder à leitura, no início de cada reunião, da ata da reunião anterior, para aprovação;
- III - tomar as medidas necessárias para a convocação, determinada pelo Presidente;
- IV - encaminhar aos interessados cópias dos expedientes de que devam ter conhecimento antes das reuniões;
- V - exercer as demais atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único - Nas ausências ou impedimentos do Secretário, o Presidente designará Secretário "ad hoc".

SEÇÃO IV

James
Guerra

2º OF NOTAS E PROTESTO - Dps:
AUTENTICACAO
AUTENTICO ESTA COPIA CUF E REPRODUCIDA
PEL DO ORIGINAL DE BANCAS EM 09/01/09

79072009

Banco de Avulsa do Brasil
 Caixa Econômica Federal
 Caixa Postal
 Caixa de Correios
 Caixa de Câmbio
 Caixa de Seguro
 Caixa de Previdência
 Caixa de Pensão
 Caixa de Aposentadoria
 Caixa de Resgate
 Caixa de Reserva
 Caixa de Provisão
 Caixa de Reserva Especial
 Caixa de Reserva de Contingência
 Caixa de Reserva de Liquidez
 Caixa de Reserva de Liquidez Especial
 Caixa de Reserva de Liquidez Especial 2



22 OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
CARGO: SCA, B1, A, LOJA 07/08 - (Av W3 Sul)
Tel: 323-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF
MINISTÉRIO PÚBLICO
FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
O NÚMERO:
=00033730=
24/10/2001

DAS REUNIÕES

Art. 24 - A Assembléia Geral e o Conselho Deliberativo reunir-se-ão:

- I - ordinariamente, de dois em dois anos e de seis em seis meses, respectivamente;
- II - extraordinariamente, a qualquer tempo:
 - a) por deliberação do Presidente, da Diretoria, ou do Conselho Fiscal;
 - b) por solicitação de pelo menos um terço das Associações Afiliadas;
 - c) por solicitação de pelo menos quinhentos (500) Associados Efetivos que integrem cinco (5) ou mais Associações Afiliadas, exigindo-se, no mínimo, vinte (20) membros de cada uma.

§ 1º - A solicitação referida nas alíneas "b" e "c", do inciso II, deste artigo, será encaminhada ao Presidente, em petição devidamente fundamentada, que deverá conter as matérias da ordem do dia.

§ 2º - A convocação de reunião ordinária e extraordinária será feita por meio eletrônico ou por carta e, no caso de Assembléia Geral, também por edital publicado no Diário Oficial da União, indicando o dia, o local e a hora, expedida com antecedência mínima de dez (10) dias, dispensado este prazo em casos excepcionais.

§ 3º - As reuniões do Conselho Deliberativo serão realizadas na Capital da República, salvo se alguma Associação Afiliada formular convite para que seja realizada na localidade em que tenha sede, a juízo do Conselho Deliberativo e, excepcionalmente, da Diretoria.

§ 4º - A Assembléia Geral ordinária será realizada, preferencialmente, na Capital Federal, observado o disposto no art. 20, § 5º, inciso II, deste Estatuto.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 25 - A Diretoria da CONAMP é composta pelos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - 1º e 2º Vice-Presidentes;
- III - Secretário-Geral;
- IV - Tesoureiro.

Art. 26 - A Diretoria eleita terá mandato de dois (2) anos.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA

Art. 27 - À Diretoria compete:

- I - decidir sobre a inclusão e exclusão, a pedido, de integrante do quadro institucional;
- II - executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo;
- III - praticar todos os atos de livre gestão;
- IV - prestar contas ao Conselho Deliberativo;
- V - convocar reunião extraordinária da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo;
- VI - apreciar pedido de exoneração de seus membros;

Handwritten signature and initials:
Jung
Mucio

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DPA:
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL QUE SE ENCONTRA EM 02/11/09

70072009

BANCO DE AVIÃO GOVERNAR
 CARTA DE CREDITO BANCO SERRAIA
 CANCELAMENTO INDEFINIDO EMISSÃO



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

20. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
CURS 5/4, BL. A, LOJA 07/08 - (Av. 45 Sul)
Tel: 21-4508/Fax: 225-6601 - Brasília-DF
FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
N.º 0003735
24/10/2001

- VII - deliberar sobre a adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis, e demais iniciativas referidas no artigo 2º deste Estatuto;
- VIII - promover Congressos Nacionais do Ministério Público;
- IX - estimular o intercâmbio entre as Associações Afiliadas e destas com outras organizações nacionais ou estrangeiras;
- X - decidir sobre pedidos de assistência formulados por Associações Afiliadas;
- XI - efetivar as medidas previstas no inciso V do § 2º do art. 21;
- XII - exercer outras funções compatíveis com suas atribuições, desde que não sejam da competência de outro órgão estatutário.

Parágrafo único - A Diretoria deliberará por maioria simples de votos.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 28 - Ao Presidente compete:

- I - representar a **CONAMP** em juízo e nos atos de vida civil;
- II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral;
- III - elaborar a ordem do dia das reuniões;
- IV - proceder à abertura, conferência do "quorum" e instalação das reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral;
- V - criar departamentos, mediante aprovação da Diretoria;
- VI - movimentar, em conjunto com o Tesoureiro, as contas da **CONAMP** em estabelecimentos bancários;
- VII - autorizar despesas e determinar a realização de pagamentos;
- VIII - constituir delegações e comissões da **CONAMP** para cuidar de assuntos do interesse do Ministério Público de âmbito nacional ou para realizar estudos sobre matéria relevante para a Instituição;
- IX - designar até três associados para exercer a função de assessor da Presidência;
- X - propor ao Conselho Deliberativo a realização de Congresso Nacional do Ministério Público;
- XI - votar todas as matérias submetidas à apreciação da Diretoria e do Conselho Deliberativo, proferindo voto de qualidade, em caso de empate;
- XII - exercer outras funções compatíveis com a natureza do cargo.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DO 1º VICE-PRESIDENTE

Art. 29 - Ao 1º Vice-Presidente compete:

- I - substituir o Presidente em suas faltas, impedimentos e afastamentos e sucedê-lo na vacância do cargo;
- II - superintender os serviços de divulgação e publicação da **CONAMP**, de acordo com as determinações do Presidente;
- III - promover o intercâmbio entre as Associações Afiliadas;
- IV - realizar, por deliberação da Diretoria ou determinação do Presidente, contatos com entidades públicas ou privadas, no interesse da **CONAMP**;
- V - executar as demais atividades solicitadas pelo Presidente.

[Handwritten signatures and initials]

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DPF
AUTENTICACAO
AUTENTICO ESTA COPIA COM CLASSE E ENDEREÇOS
FELDO ORIGINAL (E) E EXIBIR EM 02x10x15

70072009

PRODUZIDA EM PAPEL SOLVEIRA
 NÃO É VÁLIDA PARA SELAR
 NÃO É VÁLIDA PARA PROTESTO



22. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
Tel: 223-4508/Fax:225-8402 - Brasília-DF
FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
O NÚMERO:
=00037736=
24/10/2001

SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO 2º VICE-PRESIDENTE

Art. 30 - Ao 2º Vice-Presidente compete:

- I - substituir o 1º Vice-Presidente em suas faltas, afastamentos e impedimentos, bem como sucedê-lo na vacância do cargo;
- II - assistir as Associações Afiliadas na organização de ciclos de conferências, congressos regionais ou grupos de estudos referentes a assuntos de interesse do Ministério Público, após aprovação pela Diretoria;
- III - realizar, por deliberação da Diretoria ou determinação do Presidente, contatos com entidades públicas ou privadas, no interesse da **CONAMP**;
- IV - executar as demais atividades solicitadas pelo Presidente.

SEÇÃO V DA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO-GERAL

Art. 31 - Ao Secretário-Geral compete:

- I - secretariar as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral, redigindo as respectivas atas, assinando-as e colhendo, em lista própria, as assinaturas dos presentes;
- II - proceder à leitura, no início de cada reunião, da ata da reunião anterior, para apreciação;
- III - tomar as providências necessárias à efetivação das convocações da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral, determinadas pelo Presidente;
- IV - encaminhar aos interessados cópias de expedientes que devam ter conhecimento antes da reunião;
- V - manter atualizado o cadastro dos integrantes do quadro institucional da **CONAMP**, com as informações referidas neste Estatuto;
- VI - exercer outras atividades compatíveis com seu cargo, por designação do Presidente.

SEÇÃO VI DA COMPETÊNCIA DO TESOUREIRO

Art. 32 - Ao Tesoureiro compete:

- I - arrecadar as contribuições mensais dos integrantes do quadro institucional, bem como as doações e demais valores destinados à **CONAMP**;
- II - depositar nas contas da **CONAMP**, em estabelecimentos bancários, as contribuições mensais dos integrantes do quadro institucional, bem como as doações e demais valores arrecadados.
- III - movimentar, em conjunto com o Presidente, as contas da **CONAMP** em estabelecimentos bancários;
- IV - efetuar os pagamentos determinados pelo Presidente ou pela Diretoria;
- V - supervisionar os livros contábeis da **CONAMP** e apresentar, trimestralmente, à Diretoria, relatório sobre a situação financeira da entidade;
- VI - exercer outras atividades compatíveis com o seu cargo, por designação do Presidente.

Handwritten signatures and initials:
Domingos
Ribeiro
apl

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DP:
AUTENTICACAO
AUTENTICO ESTA COPIA CLISE E REMOÇÃO
NEL DO ORIGINAL (E) PROTESTO EN 02/04/97

em 7 OUT 2009

BANCO AGUAS SOUTHERN
 BETA OESTE SAO PAULO S/A
 COLMATEM INDUSTRIA E COMERCIO S/A



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

20. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
ICRS 504, BL. A, LOJA 07/08 - (Av. NS Sald)
Tel: 33-4500/Fax: 33-6602 - Brasília-DF
MINISTÉRIO PÚBLICO
FICOU ARQUIVADA CÓPIA MICROFILMADA SOB
O NÚMERO:
=00033738=
24/10/2001

SEÇÃO VII DAS REUNIÕES DA DIRETORIA

Art. 33 - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Presidente ou de três de seus membros.

§ 1º - A convocação de reunião, quando não partir do Presidente, deverá ser a ele dirigida, devidamente fundamentada e contendo o elenco das matérias que deverão constar da ordem do dia.

§ 2º - A reunião da Diretoria se instalará com a presença de três de seus membros. Não havendo número mínimo, por ausência injustificada, a deliberação sobre as matérias constantes da ordem do dia ficará a cargo do Presidente.

§ 3º - A falta injustificada a três reuniões consecutivas importará na perda do mandato de membro da Diretoria.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Art. 34 - O Conselho Fiscal é composto por cinco membros, eleitos pelo Conselho Deliberativo dentre os Associados Efetivos, para mandato de dois anos, sendo três deles escolhidos para assumir os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do órgão.

Art. 35 - Ao Conselho Fiscal compete:

I - examinar os livros, documentos e papéis da **CONAMP**, emitindo parecer circunstanciado sobre a situação patrimonial e financeira da entidade, para encaminhamento à Diretoria;

II - apresentar ao Conselho Deliberativo parecer prévio sobre a regularidade das contas da Diretoria;

III - apontar irregularidades apuradas à Diretoria e, conforme o caso, ao Conselho Deliberativo, sugerindo as medidas que entender cabíveis;

IV - exercer outras atividades compatíveis com a sua finalidade.

Art. 36 - O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - ordinariamente, de seis em seis meses;

II - extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente ou de dois de seus membros.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal reunir-se-á com a presença de, no mínimo, três de seus membros.

CAPÍTULO VIII DA DESTITUIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 37 - A destituição, parcial ou integral, da Diretoria ou do Conselho Fiscal será proposta em petição dirigida ao Conselho Deliberativo, subscrita por dez (10) Associações Afiliadas ou por mil (1000) Associados, integrantes de pelo menos dez (10) Associações Afiliadas, observado o mínimo de vinte (20) associados de cada uma.

Parágrafo único - O pedido de destituição somente poderá fundar-se em:

I - grave violação dos deveres do cargo;

II - conduta dolosa que contrarie as finalidades da **CONAMP**.

afa
Jun 5
Helein

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DPF
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA CLASSE E SERVIDOR
MEL DO ORÇOME (E) PMSM EN. 02.00.01

70072009

PROCELA AVISA GOVERN
 AVISA DE LIDERADO SILENCIA
 AVISA DE INACONFORMIDADE RESERVADO



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

20. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
CXB 504, 81. A, LOJA 07/08 - (AV. W3 SUL)
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF
FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
O NÚMERO:
24/10/2001

Art. 38 - No procedimento para a destituição, a ser regulamentado por resolução do Conselho Deliberativo, observar-se-ão o contraditório e a ampla defesa.

Art. 39 - Decretada a destituição, serão convocadas, se for o caso, novas eleições, dentro de quinze dias, na forma prevista neste Estatuto.

Art. 40 - O membro destituído ficará impedido de integrar os órgãos estatutários pelo prazo de oito (8) anos.

CAPÍTULO IX DAS DIRETORIAS REGIONAIS

Art. 41 - As Diretorias Regionais são:

- I - Diretoria Regional Norte;
- II - Diretoria Regional Nordeste;
- III - Diretoria Regional Centro-Oeste;
- IV - Diretoria Regional Sudeste;
- V - Diretoria Regional Sul.

Art. 42 - A Diretoria Regional será integrada pelos Presidentes das Associações Afiliadas da respectiva Região, que escolherão, dentre eles e na mesma data da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, para mandato de dois (2) anos, o Diretor-Regional, que não poderá acumular outro cargo na CONAMP.

Parágrafo único - Perderá o mandato o Diretor-Regional que deixar a presidência da Associação Afiliada, convocando-se, em quinze (15) dias, nova reunião para escolha do seu sucessor, a quem caberá completar o mandato.

Art. 43 - À Diretoria Regional compete promover reuniões entre os integrantes do quadro institucional da respectiva região, visando ao congraçamento e à discussão de assuntos de interesse comum, podendo inclusive realizar eventos regionais, bem como auxiliar o Presidente da CONAMP nos eventos nacionais.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44 - O patrimônio da CONAMP é constituído de recursos financeiros provenientes de contribuições mensais, doações e subvenções, bem como de outros bens móveis e imóveis.

Parágrafo único - Em caso de dissolução da entidade, o patrimônio terá o destino que lhe der a Assembléia Geral.

Art. 45 - A CONAMP foi criada no dia 10 de dezembro de 1970, por ocasião do III Congresso Fluminense do Ministério Público, realizado em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, com o nome de Confederação das Associações Estaduais do Ministério Público - CAEMP; na Assembléia Geral Extraordinária realizada em Goiânia, Estado de Goiás, em 24 de agosto de 1978, foi alterada a denominação para Confederação Nacional do Ministério Público, mantendo-se a sigla CAEMP; na Assembléia Geral Extraordinária realizada em Brasília, Distrito Federal, em 16 de dezembro de 1992, foi alterada a sigla para CONAMP; na Assembléia Geral Extraordinária realizada em Brasília, Distrito Federal, em 16 de junho de 2000, foi alterada a denominação para Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, mantida a sigla CONAMP.

Handwritten signatures and initials:
Junt's
M. Pereira
apd

2ª OF. NOTAS E PROTESTO - DP:
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA QUE É RESPONSAVEL
PELO DO ORIGINAL QUE SE ENCONTRA EM ANEXO

79072009

Associação de Mulheres Solteiras
Rua Cláudia Galvão, 111 - Vila
Carmosina - São Paulo - SP



Art. 46 - A CONAMP responde perante terceiros apenas com o seu patrimônio, sem comprometer, de qualquer forma, o dos integrantes do seu quadro institucional, bem como o daqueles que nela ocupem cargos eletivos ou de nomeação.

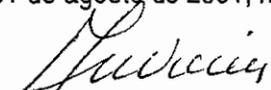
Art. 47 - Os ex-Presidentes da CONAMP poderão participar das reuniões do Conselho Deliberativo, com direito a voz, desde que não alcançados pelas incompatibilidades e impedimentos referidos nos artigos 15, 17 e 40 deste Estatuto.

Art. 48 - Nas sessões plenárias dos Congressos Nacionais do Ministério Público, cada Associação Afiliada poderá fazer-se representar por seu Presidente e por mais cinco delegados previamente indicados.

Art. 49 - As alterações introduzidas neste Estatuto, relativamente à composição e ao provimento de cargos do Conselho Fiscal e das Diretorias Regionais, somente serão aplicáveis após o término dos atuais mandatos.

Art. 50 - Ficam mantidas as atuais contribuições mensais dos integrantes do quadro institucional, até que sejam modificadas, consoante o disposto no art. 21, § 2º, IV, deste Estatuto.

Art. 51 - O presente Estatuto foi alterado, consolidado e aprovado pelo Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária realizada no dia 31 de agosto de 2001, na cidade de Recife (PE).


Marfan Martins Vieira
Presidente

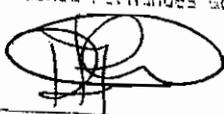

Fernando Grella Vieira
Secretário Geral


Aristides Junqueira Alvarenga
Advogado - OAB/DF 12.500

2º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
ICRS 504, 81, A, LOJA 07/08 - (av. NS 511)
Tel: 323-4508/Fax: 323-6602 - Brasília-DF

Apresentado hoje, protocolado e registrado sob nº
=00033778=
no 173. Anotado a margem do Registro nº
=00000315=
do . Brasília-DF 24/10/2001

Esc Subs: Renata Rodrigues Moreira e
Esc Subs: Antonio Fernandes Quirino de Sousa



2º OF. NOTAS E PROTESTO - DP:
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO ESTA COPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL QUE SE ENCONTRA EM 02.04.17

79072009

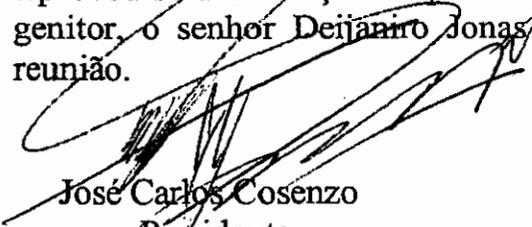
ESCOLAS MUNICIPAIS
 UNIV. CLAUDIA PAULA PEREIRA
 COLUNION HASCENANTO SERRAVALLO

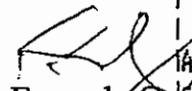
DOC. 02



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP (biênio 2006/2008)

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de 2007, às 14 horas, no hotel Meliá, em Brasília, reuniu-se o Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, devidamente convocado por seu presidente, estando presentes os membros da diretoria e os representantes das associações afiliadas, exceto as associações do PR, SP e MPM, que nada justificaram. Iniciados os trabalhos, foi aprovada a ata da reunião anterior. Posteriormente, foi aprovado pelo colegiado voto de congratulação ao Dr. Luis Gonzaga, representante do MA, pela brilhante organização do torneio de futebol, sendo-lhe entregue uma placa. Discutiu-se sobre a possibilidade de o próximo Torneio Nacional de Futebol, a ser realizado em Campo Grande, ser realizado no feriado do dia 22/05/2008, o que foi aceito pelo representante do MS, embora o mesmo tenha ressaltado que necessitaria consultar sua Diretoria. Procedeu-se a chamada para votação e todos os presentes votaram. Encerrado o período de votação, iniciou-se a apuração, sendo que a Chapa CONAMP FORTE E UNIDA obteve 25 votos e um voto ficou em separado para ser decidido a posteriori. A Diretoria, após analisar optou por considerá-lo nulo, embora ficasse um liame de dúvida se a intenção era anular ou votar na chapa eleita, mas por incapacidade não conseguiu se expressar. Para as Diretorias Regionais, foram eleitos os representantes do AM (Norte), PB (Nordeste), DF (Centro-Oeste), RJ (Sudeste) e RS (Sul). Proclamado o resultado, o presidente se manifestou agradecendo o apoio obtido. Após, o colegiado aprovou uma moção de aplausos pela participação dos representantes do MA e de RO. O representante do AC comentou que foi criticado pela decisão do CD de propor uma ADIN contra a legislação do AC. Manifestaram-se os representantes do CE, PI, RS, SC e PA. Aprovou-se uma moção de pesar ao representante do SE pelo falecimento de seu genitor, o senhor Dejanirio Jonas da Silva. Sendo só, o presidente participou da reunião.


José Carlos Cosenzo
Presidente


Marcelo Ferra de Carvalho
Secretário-Geral

Representado hoje, protocolo e registrado

Anotado a margem do Registro
Inº:

Brasília, 22/04/2008


Antonio Fernandes Dirino de Sousa
Escrivente Autorizado

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICAÇÃO
AUTÊNTICO ESTA CÓPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL (LEI Nº 6.033/66, ART. 6º, III, V)

7 OUT 2009

ASSOCIADOS AVULSOS
 PARA O SERVIÇO SAO PAULO
 CLASSE DE SERVIÇOS INDIVIDUAIS

**Termo de Posse da Diretoria, Conselho Fiscal e Diretorias Regionais da
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Biênio 2008/2010**

Aos 17 dias do mês de março de 2008, às 10 horas, no 1º andar do Meliá Confort Park Hotel, nos Salões Goiás I, II e III, situado no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco F, Asa Sul, Distrito Federal, Brasília - DF, presentes Presidentes e representantes das Associações que integram a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, tomaram posse nos cargos correspondentes os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e os Diretores Regionais, eleitos em 27 de novembro de 2007, conforme consta da Ata respectiva, na forma do Estatuto, a saber:

DIRETORIA:

Presidente: JOSÉ CARLOS COSENZO (SP)

1º Vice-Presidente: NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI (BA)

2º Vice-Presidente: CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR (PA)

Secretário-Geral: RUI CARLOS KOLB SCHIEFLER (SC)

DIRETORIAS REGIONAIS:

Região Centro-Oeste: CARLOS ALBERTO CANTARUTTI (DF)

Região Nordeste: JOÃO ARLINDO CORRÊA NETO (PB)

Região Norte: CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO (AM)

Região Sul: MIGUEL BANDEIRA PEREIRA (RS)

Região Sudeste: JOSÉ EDUARDO CIOTOLA GUSSEM (RJ)

CONSELHO FISCAL:

Presidente: JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES (AL)

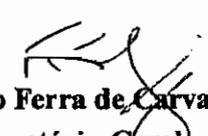
Vice-Presidente: LUIS GONZAGA MARTINS COELHO (MA)

Secretário: JOSÉ MARIA SILVA JÚNIOR (TO)

Conselheiro: ALMIRO GONÇALVES DA ROCHA (ES)

Conselheiro: PAULO CÉSAR DOS PASSOS (MS)

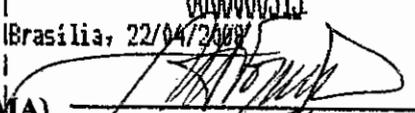
Para constar, eu, Marcelo Ferra de Carvalho (MT), Secretário-Geral da CONAMP, lavrei o presente termo, que vai devidamente assinado por mim e pelos empossados, para que produza os efeitos legais.


Marcelo Ferra de Carvalho
Secretário-Geral

SECRETARIA DE REGISTRO E CARTÓRIO

22º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)
Tel: 223-4508/Fax:225-6602 - Brasília-DF

Apresentado hoje, protocolo e registrado
sob nº: 00000458
Anotado a margem do Registro
nº: 000000315
Brasília, 22/04/2008


Antonio Fernandes Quirino de Sousa
Escrivente Autorizado

2º OF NOTAS E PROTESTO - DP
AUTENTICACAO
MANTENICO ESTA COPIA QUER E FERMIDUHO
PHEL DO ORIGINAL (157-693502 INT. 61.41.11)

~~7~~OUT 2009

- ASSOCIADOS ALVARES GONCALVES
- BRUNO OLIVEIRA FERREIRA
- CLAYTON MASSARANI DE MENDONCA

**Termo de Posse da Diretoria, Conselho Fiscal e Diretorias Regionais da
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Biênio 2008/2010**

DIRETORIA	120 DE ACORDO DE REG DE PESSOAS JURIDICAS
Presidente: _____	ICRS 504.BL A , LOJA 07/08 - (Av.W3 Sul) Tel: 223-4508/Fax:225-6602 - Brasilia-DF
1° Vice-Presidente: _____	FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB O NÚMERO:
2° Vice-Presidente: _____	000060458
Secretário-Geral: _____	22/04/2008
	(7/4/2008)

DIRETORIAS REGIONAIS

Região Centro-Oeste: _____

Região Nordeste: _____

Região Norte: _____

Região Sul: _____

Região Sudeste: _____

CONSELHO FISCAL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: _____

Conselheiro: _____

Conselheiro: _____

2º OF. NOTAS E PROTESTO - DF
AUTENTICACAO
AUTENTICO ESTA COPIA QUE E REPRODUÇÃO
FIEL DO ORIGINAL (LEI Nº 8932/96 - RT. Nº 14.116-V)

7 OUT 2009

ASSOCIADOS ALVER GOMES DA SILVA
 FRYLA OLIVEIRA SAIBO DA SILVA
 CLAYTON MARYSILVANO DE BRUNO

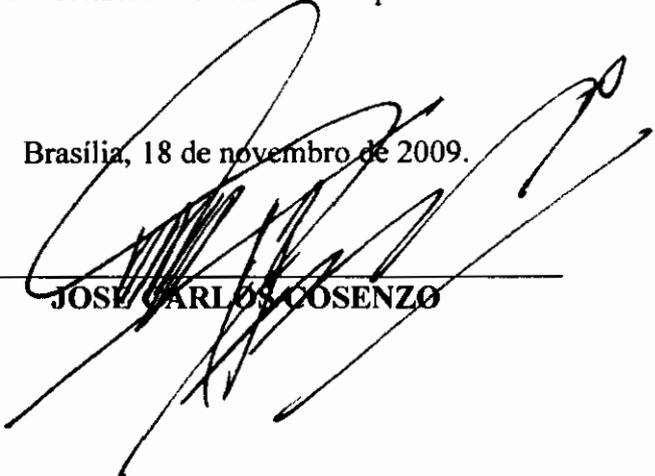
DOC. 03



PROCURAÇÃO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CONAMP, entidade de classe de âmbito nacional, com sede no SRTVS, Quadra 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Bloco II, salas 634/636, em Brasília, Distrito Federal, representada pelo seu presidente **JOSÉ CARLOS COSENZO**, nomeia e constitui seus procuradores os advogados **ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA**, OAB/DF 12.500; **LUCIANA MOURA ALVARENGA SIMIONI**, OAB-DF 1.878-A; **ROBERTO BAPTISTA**, OAB/DF 3.212, **JULIANA MOURA ALVARENGA**, OAB/DF 20.522 e **PATRÍCIA CRISTINA DE CASTRO**, OAB/DF 30.137, todos residentes e domiciliados em Brasília, Distrito Federal, onde têm escritório no SHIS QI 17, Lote H, Edifício Fashion Park, Salas 413/416, CEP nº 71.645-000, aos quais confere poderes para representar a outorgante em juízo e extrajudicialmente, e, de modo especial, para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as do inteiro teor do § 3º do artigo 5º e do inciso XXI do artigo 45, ambos da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003, do Estado de Minas Gerais, perante o egrégio Supremo Tribunal Federal, podendo, os outorgados, praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

Brasília, 18 de novembro de 2009.



JOSE CARLOS COSENZO



DOC. 04

ALMG

pesquisa

LEI COMPLEMENTAR 65 2003 de 16/01/2003 (texto atualizado)

Organiza a
Defensoria
Pública do
Estado, define
sua competência e
dispõe sobre a
carreira de
Defensor Público
e dá outras
providências.

(Vide Lei Complementar n° 92, de 23/6/2006.)

(Vide art. 4° da Lei n° 16668, de 8/1/2007.)

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1° - A organização da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, sua estrutura e competência e o regime jurídico dos Defensores Públicos passam a reger-se pelas disposições desta lei complementar.

Art. 2° - A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é órgão autônomo integrante da Administração Direta do Poder Executivo e vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, nos termos desta lei complementar, ou ao órgão que vier a sucedê-la.

(Vide alínea "a" do inciso II do art. 5° da Lei Delegada n° 56, de 29/1/2003.)

Art. 3° - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

TÍTULO II

Da Finalidade e da Competência

Art. 4° - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos necessitados, compreendendo a orientação jurídica e a postulação e defesa de seus direitos e interesses em todos os graus e instâncias.

§ 1° - Consideram-se necessitados os que comprovarem insuficiência de



recursos, na forma da lei.

§ 2º - À Defensoria Pública é conferido o direito de apurar o estado de carência de seus assistidos.

Art. 5º - Compete à Defensoria Pública:

I - promover, extrajudicialmente, a orientação às partes em conflito de interesses, bem como a conciliação entre elas;

II - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

III - patrocinar ação civil e ação civil "ex delicto";

IV - patrocinar defesa em ação penal;

V - patrocinar defesa em ação civil e reconvir;

VI - patrocinar ação civil pública, nos termos da lei;

VII - patrocinar ação popular, mandado de injunção e mandado de segurança;

VIII - atuar como Curador Especial nos casos previstos em lei;

IX - exercer a defesa da criança e do adolescente;

X - atuar nos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando a assegurar à pessoa, em quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e das garantias individuais;

XI - assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral contraditório e ampla defesa, com recursos e meios a estes inerentes;

XII - patrocinar os direitos e interesses do consumidor lesado, individual ou coletivamente, nos termos da lei;

(Vide Lei Complementar nº 66, de 22/1/2003.)

XIII - tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, nele estabelecida sanção para a hipótese de seu descumprimento, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos da lei;

XIV - atuar nos juizados especiais;

XV - desempenhar outras atribuições que lhe sejam expressamente cometidas por lei.

§ 1º - As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas contra pessoa jurídica de direito público, inclusive.

§ 2º - Defensores Públicos distintos poderão assistir necessitados com interesses antagônicos.

§ 3º - O exercício da assistência jurídica aos necessitados é privativo da Defensoria Pública.

TÍTULO III



Da Organização da Defensoria Pública

CAPÍTULO I

Da Estrutura

Art. 6º A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem a seguinte estrutura orgânica:

I - órgãos da administração superior:

- a) Defensoria Pública-Geral;
- b) Subdefensoria Pública-Geral;
- c) Conselho Superior da Defensoria Pública;
- d) Corregedoria-Geral da Defensoria Pública;

II - órgãos de atuação:

- a) Defensorias Públicas do Estado nas Comarcas;
- b) Núcleos da Defensoria Pública do Estado;
- c) Coordenadorias Regionais de Defensoria Pública do Estado, em número de quinze;

III - órgãos de execução, os Defensores Públicos;

IV - órgãos de execução na área de apoio administrativo:

- a) Gabinete;
- b) Assessoria Jurídica;
- c) Assessoria de Comunicação;
- d) Auditoria Setorial;
- e) Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças:
 - 1. Diretoria de Recursos Humanos;
 - 2. Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos;
 - 3. Diretoria de Contabilidade e Finanças;
 - 4. Diretoria de Planejamento e Orçamento;
- f) Superintendência de Gestão da Informática:
 - 1. Diretoria de Desenvolvimento de Programas;
 - 2. Diretoria de Suporte Técnico e Administração de Rede;
 - 3. Diretoria de Gestão da Informação.



(Alínea com redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar nº 92, de 23/6/2006.)

g) Superintendência de Gestão Jurídica:

1. Diretoria de Gestão de Direito Privado;
2. Diretoria de Gestão de Direito Público;
3. Diretoria de Assistência Pericial;
4. Diretoria de Estatística.

(Alínea com redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar nº 92, de 23/6/2006.)

Parágrafo único. As competências e a descrição das unidades a que se refere este artigo serão estabelecidas em decreto."

(Parágrafo com redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar nº 92, de 23/6/2006.)

(Vide art. 1º da Lei Complementar nº 87, de 12/1/2006.)

CAPÍTULO II

Dos Órgãos da Administração Superior

Seção I

Da Defensoria Pública Geral

Art. 7º - A Defensoria Pública Geral tem como chefe o Defensor Público Geral, que é nomeado pelo Governador do Estado.

§ 1º - O Defensor Público Geral será escolhido entre os Defensores Públicos de Classe Especial que contem, pelo menos, cinco anos de carreira e tenham, no mínimo, trinta e cinco anos de idade, indicados em lista triíplice pelos integrantes da carreira.

§ 2º - É de dois anos o mandato do Defensor Público Geral, permitida uma recondução por igual período, precedida de nova aprovação da classe.

§ 3º - A eleição para formação da lista triíplice far-se-á mediante voto plurinominal, direto e secreto de todos os membros da Defensoria Pública em exercício.

§ 4º - A eleição será regulamentada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública e ocorrerá trinta dias antes do término do mandato vigente, vedado o voto por procuração.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 87, de 12/1/2006.)

§ 5º - A comissão eleitoral será indicada pelo Conselho Superior, cabendo-lhe encaminhar a lista triíplice ao Defensor Público Geral, logo que encerrada a apuração.

§ 6º - O Defensor Público Geral, o Subdefensor Público Geral, o Corregedor-Geral e os ocupantes de cargos de confiança da Administração Superior da



Defensoria Pública, para concorrerem à formação da lista triíplice, devem renunciar aos respectivos cargos até trinta dias antes da data fixada para a eleição.

§ 7º - Os cargos de que trata o § 6º serão ocupados, interinamente, pelos membros eleitos do Conselho Superior, observado o número de votos obtidos na eleição do Conselho Superior.

§ 8º - O Defensor Público Geral encaminhará ao Governador do Estado a lista triíplice, com a indicação do número de votos obtidos, em ordem decrescente, até o dia útil seguinte àquele em que a receber.

§ 9º - Os três candidatos mais votados figurarão em lista na qual, em caso de empate, incluir-se-á o mais antigo da classe, observados os demais critérios de desempate previstos no art. 62 desta lei complementar.

§ 10 - São inelegíveis para o cargo de Defensor Público Geral os membros da Defensoria Pública que:

I - tenham-se afastado do exercício das funções em razão de licença especial ou para tratar de assuntos particulares, nos seis meses anteriores à data da eleição;

II - forem condenados por crimes dolosos, com decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação;

III - não apresentarem, à data da eleição, certidão de regularidade dos serviços afetos a seu cargo, expedida pela Corregedoria-Geral;

IV - tenham sofrido penalidade disciplinar nos doze meses anteriores à inscrição da candidatura;

V - mantenham conduta pública ou particular incompatível com a dignidade do cargo;

VI - estiverem afastados do exercício do cargo para desempenho de função em associação de classe;

VII - estiverem inscritos ou integrarem as listas a que se referem os arts. 94, "caput", e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição da República, e o art. 78, § 3º, da Constituição do Estado.

§ 11 - Qualquer membro da Defensoria Pública poderá representar à Comissão Eleitoral sobre as causas de inelegibilidade previstas neste artigo, cabendo da decisão recurso ao Conselho Superior, no prazo de cinco dias.

Art. 8º - O Defensor Público Geral tomará posse perante o Governador do Estado no prazo de cinco dias úteis contados da nomeação e entrará em exercício em sessão solene do Conselho Superior até o segundo dia útil seguinte.

Art. 9º - Compete ao Defensor Público Geral, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou forem inerentes a seu cargo:

I - dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades e orientar sua atuação;

II - representar a Defensoria Pública judicial e extrajudicialmente;

III - velar pelo cumprimento das finalidades da instituição;



- IV - integrar como membro nato e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública;
- V - propor o regulamento interno da Defensoria Pública e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior;
- VI - autorizar afastamento justificado de membro da Defensoria Pública, ouvido, quando for o caso, o Conselho Superior;
- VII - estabelecer a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública;
- VIII - dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, cabendo da decisão recurso para o Conselho Superior;
- IX - proferir decisão em sindicâncias e em processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral;
- X - representar ao Corregedor-Geral sobre a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública;
- XI - propor a abertura de concurso para provimento dos cargos efetivos da Defensoria Pública, presidindo a Comissão de Concurso, bem como designar, mediante indicação do Conselho Superior, os membros da Comissão de Concurso e seus substitutos;
- XII - praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;
- XIII - deferir o compromisso de posse dos membros da Defensoria Pública e dos servidores do quadro administrativo;
- XIV - determinar correições extraordinárias;
- XV - convocar reunião do Conselho Superior da Defensoria Pública;
- XVI - designar membro da Defensoria Pública para:
- a) exercer, por ato excepcional e fundamentado, as funções processuais afetas a outro membro da instituição, submetendo sua decisão, previamente, ao Conselho Superior da Defensoria Pública;
 - b) (Vetado);
 - c) colaborar com a Comissão de Concurso;
 - d) exercer as atribuições de Coordenador;
 - e) assegurar a continuidade dos serviços em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou com o consentimento deste;
 - f) dar plantão em final de semana, feriado ou em razão de medidas urgentes;
- XVII - requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes ou de entidade particular certidão, exame, perícia, vistoria, diligência, processo, laudo e parecer técnico, documento, informações, esclarecimentos e demais providências indispensáveis à atuação da Defensoria Pública;
- XVIII - delegar atribuição administrativa a quem lhe seja subordinado, na forma da lei;



- XXIX - encaminhar ao Conselho Superior expediente para elaboração das listas de promoção e remoção no quadro da Defensoria Pública;
- XX - dar posse a membro e a servidor nomeado para cargo efetivo e em comissão da Defensoria Pública, nos termos da lei;
- XXI - conceder férias e licença aos membros e aos servidores da Defensoria Pública;
- XXII - deferir benefício ou vantagem concedida em lei aos membros da Defensoria Pública;
- XXIII - determinar o apostilamento de títulos de servidores da Defensoria Pública;
- XXIV - aplicar a pena de remoção compulsória, aprovada pelo voto de dois terços do Conselho Superior da Defensoria Pública;
- XXV - prover cargo nos casos de promoção, remoção, permuta e outras formas de provimento derivado previstas em lei;
- XXVI - decidir sobre a escala de férias e a atuação em plantões forenses;
- XXVII - editar ato que importe movimentação, progressão e demais formas de provimento derivado;
- XXVIII - propor a verificação de incapacidade física ou mental de membro da Defensoria Pública;
- XXIX - (Vetado);
- XXX - dispor sobre a movimentação de Defensor Público Substituto no interesse do serviço;
- XXXI - propor a celebração de convênio com órgão municipal, estadual ou federal, de interesse da instituição, excluídas as atribuições institucionais e ressalvadas as hipóteses legais;
- XXXII - designar estagiário, na forma do Regulamento Interno;
- XXXIII - solicitar ao Conselho Superior manifestação sobre matéria relativa à autonomia da Defensoria Pública, bem como sobre outras de interesse institucional;
- XXXIV - decidir sobre as sugestões encaminhadas pelo Conselho Superior acerca da criação, transformação e extinção de cargos e serviços auxiliares e sobre providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- XXXV - sugerir ao Governador do Estado modificações na Lei Orgânica da Defensoria Pública;
- XXXVI - decidir sobre a criação, modificação ou extinção dos Núcleos da Defensoria Pública;
- XXXVII - interromper, por conveniência do serviço, férias ou licença de membro da Defensoria Pública e de seus servidores, salvo por motivo de saúde;
- XXXVIII - autorizar membro da Defensoria Pública a ausentar-se da instituição, justificadamente, pelo prazo máximo de cinco dias úteis;















XXXIX - levantar as dotações orçamentárias destinadas ao custeio das atividades da Defensoria Pública, encaminhando ao Secretário de Estado da Justiça e de Direitos Humanos proposta para elaboração da lei orçamentária;

XL - fazer publicar, no órgão oficial dos Poderes do Estado, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a lista de antigüidade dos membros da instituição, tomando-se por base o último dia do mês anterior, bem como a relação de vagas no quadro e os correspondentes critérios de provimento;

XLI - aprovar formulários de petição, ofício, designação e outros instrumentos jurídicos propostos pela Corregedoria-Geral;

XLII - (Vetado).

Parágrafo único - As funções indicadas nos incisos XII, XIII, XXVI, XXIX a XXXI, XXXVII e XL poderão ser delegadas.

Art. 10 - O Defensor Público Geral apresentará ao Conselho Superior, no mês de abril de cada ano, o Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública, destinado a viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições.

Parágrafo único - O Plano Geral de Atuação será elaborado com a participação dos Coordenadores e aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 11 - O Defensor Público Geral será substituído, em suas faltas, ausências, suspeições e impedimentos, pelo Subdefensor Público Geral.

Parágrafo único - Em caso de suspeição do Defensor Público Geral, o Conselho Superior escolherá, entre seus membros, excluídos os membros natos, um substituto, em sessão secreta e por maioria qualificada.

Art. 12 - Ocorrendo a vacância do cargo de Defensor Público Geral, assumirá interinamente o Subdefensor Público Geral, e será realizada nova eleição, em trinta dias, para o preenchimento do cargo, na forma do respectivo edital.

§ 1º O cargo de Defensor Público-Geral será exercido pelo Subdefensor Público-Geral, se a vacância se der nos últimos seis meses do mandato.

(Parágrafo com redação dada e renumerado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

§ 2º Na hipótese de vacância simultânea dos cargos de Defensor Público-Geral e de Subdefensor Público-Geral, o cargo de Defensor Público-Geral será exercido pelo Defensor Público de Classe Especial mais antigo na carreira e será promovida eleição no prazo de trinta dias.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

Art. 13 - O Defensor Público Geral poderá ser destituído do cargo, por deliberação do Conselho Superior, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível com o cargo ou grave omissão no cumprimento de seus deveres, assegurada ampla defesa, ou de condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.

Art. 14 - O Conselho Superior decidirá, por maioria absoluta, sobre a admissibilidade da representação para a destituição do Defensor Público Geral, nos casos previstos no art. 13 desta lei complementar, desde que formulada por um terço de seus integrantes ou, no mínimo, por um quinto dos membros da Defensoria Pública em atividade.



§ 1º - A sessão de admissibilidade da representação será presidida pelo membro do Conselho Superior mais antigo na Classe Especial.

§ 2º - Admitida a representação, a deliberação sobre destituição do Defensor Público Geral far-se-á na forma do disposto nos arts. 15 a 18.

Art. 15 - Autorizado o pedido de destituição do Defensor Público Geral, o Conselho Superior, em sessão presidida pelo membro do Conselho Superior mais antigo na Classe Especial, constituirá, em votação secreta, comissão processante, integrada por três Defensores Públicos e presidida pelo Corregedor-Geral da Defensoria Pública.

§ 1º - O Defensor Público Geral será cientificado de sua destituição no prazo de cinco dias contados da aprovação da proposta, podendo, em quinze dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador, e requerer produção de provas.

§ 2º - Não sendo oferecida defesa, o Corregedor-Geral da Defensoria Pública nomeará procurador para fazê-lo em igual prazo.

§ 3º - Findo o prazo previsto no § 2º, o Corregedor-Geral da Defensoria Pública designará a data para instrução e julgamento nos dez dias subsequentes.

§ 4º - Na sessão de instrução e julgamento, presidida pelo membro do Conselho Superior mais antigo na Classe Especial, após a leitura do relatório da comissão processante, o Defensor Público Geral, pessoalmente ou por procurador, terá trinta minutos para produzir defesa oral, deliberando, em seguida, o Conselho Superior, pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros.

§ 5º - A presença à

sessão de julgamento será limitada aos membros do Conselho Superior, ao Defensor Público Geral e a seu procurador.

§ 6º - A sessão poderá ser suspensa por uma vez, pelo prazo máximo de dez dias, para a realização de diligência requerida pelo Defensor Público Geral ou por qualquer membro do Conselho Superior, desde que reputada, por maioria de votos, imprescindível ao esclarecimento dos fatos.

Art. 16 - Rejeitada a proposta de destituição ou não atingida a votação prevista no § 4º do art. 15, o Presidente da sessão determinará o arquivamento dos autos do procedimento.

Art. 17 - Aprovada a destituição, o Presidente da sessão fará publicar, no órgão oficial dos Poderes do Estado, em quarenta e oito horas, o inteiro teor da decisão proferida.

Parágrafo único - O Presidente da sessão, em cinco dias, encaminhará os autos ao Governador do Estado, para que proceda à exoneração do Defensor Público Geral no prazo de quinze dias contados de seu recebimento.

Art. 18 - Destituído o Defensor Público Geral ou decorrido o prazo previsto no art. 17 sem deliberação do Governador do Estado, ocorrerá a vacância e proceder-se-á de acordo com o determinado pelo art. 11.

Art. 19 - O Defensor Público Geral ficará afastado de suas funções:

I - após o trânsito em julgado de decisão judicial em caso de prática de infração penal cuja sanção cominada seja de reclusão;



II - no procedimento de destituição, desde a aprovação do pedido de autorização pelo Conselho Superior, na forma prevista no art. 14, até a decisão final.

§ 1º - O período de afastamento contará como de exercício do mandato.

§ 2º Nas hipóteses previstas neste artigo, assumirá a chefia da Defensoria Pública o Subdefensor Público-Geral.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

Seção II

Da Subdefensoria Pública Geral

Art. 20. O Subdefensor Público Geral será nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e escolhido entre os integrantes que estejam na carreira há, no mínimo, cinco anos, constantes em lista tríplice elaborada pelo Defensor Público Geral, observado o disposto no art. 7º, §10, desta lei complementar, vedada a repetição de nomes.

(Artigo com redação dada pelo art. 3º da Lei Complementar nº 87, de 12/1/2006.)

Art. 21 - Ao Subdefensor Público Geral, na forma do Regulamento Interno, compete:

I - integrar, como membro nato, na função de Vice-Presidente, o Conselho Superior da Defensoria Pública;

II - exercer a coordenação e a supervisão das atividades administrativas e de apoio técnico da Defensoria Pública;

III - assessorar o Defensor Público Geral no exercício de suas atribuições;

IV - exercer, mediante delegação de competência, as atribuições que lhe forem conferidas pelo Defensor Público Geral;

V - fazer publicar os atos pertinentes ao expediente da Defensoria Pública;

VI - controlar, coordenar e zelar a execução dos convênios celebrados pela Defensoria Pública com órgãos públicos ou entidades.

Seção III

Do Conselho Superior da Defensoria Pública

Art. 22 - O Conselho Superior é órgão da Administração Superior, incumbindo-lhe zelar pela observância dos princípios institucionais da Defensoria Pública.

Art. 23 - O Conselho Superior é composto pelo Defensor Público Geral, pelo Subdefensor Público Geral e pelo Corregedor-Geral, como membros natos, por mais seis representantes que estejam há, no mínimo, cinco anos na carreira, eleitos pelo voto obrigatório de todos os membros da instituição em exercício, e pelos três Defensores Públicos mais antigos da Classe Especial.

§ 1º - O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público Geral, respeitadas as exceções previstas nesta lei complementar.



§ 2º - A eleição dos membros do Conselho Superior, para mandato de dois anos, será realizada em escrutínio secreto, votação obrigatória e plurinominal, na primeira quinzena do mês de novembro, devendo ser convocada com, pelo menos, trinta dias de antecedência.

§ 3º - O Defensor Público que pretender integrar como membro eleito o Conselho Superior da Defensoria Pública deve manifestar-se, por escrito, ao Defensor Público Geral, no prazo de cinco dias contados do primeiro dia útil subsequente à convocação da eleição.

§ 4º - Os Defensores Públicos eleitos para integrar o Conselho Superior serão automaticamente substituídos, no caso de vacância, pelos suplentes, assim considerados os Defensores Públicos mais votados, em ordem decrescente.

§ 5º - No caso de empate na votação para a eleição dos membros do Conselho Superior, será considerado eleito o mais antigo na carreira.

§ 6º - Se os inscritos na eleição não atingirem o número de vagas, serão investidos no mandato tantos Defensores Públicos mais antigos, integrantes da classe mais elevada, quantos forem necessários para a composição do Conselho Superior.

Art. 24 - O disposto no art. 7º, § 9º, desta lei complementar aplica-se à eleição para o Conselho Superior da Defensoria Pública.

§ 1º - O membro eleito do Conselho Superior é inelegível para o mandato subsequente, salvo se, na condição de suplente, tiver exercido a função por prazo inferior a seis meses.

§ 2º - Os membros natos do Conselho Superior que, por qualquer motivo, deixarem de integrá-lo nessa condição são inelegíveis para o exercício de mandato subsequente.

§ 3º - O exercício de cargo de confiança é incompatível com o de membro do Conselho Superior.

§ 4º - Qualquer membro da Defensoria Pública poderá representar à Comissão Eleitoral sobre as causas de inelegibilidade previstas neste artigo, cabendo da decisão recurso para o Conselho Superior, no prazo de cinco dias.

Art. 25 - A ausência injustificada de membro do Conselho Superior a três reuniões solenes, ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a cinco alternadas, implicará a perda automática do mandato.

§ 1º - O Conselho Superior apreciará, em cada sessão, as justificativas de ausência apresentadas, deliberando, por maioria, sobre o acolhimento destas, na forma do Regulamento Interno.

§ 2º - Decretada a perda do mandato pelo Presidente do Conselho, será convocado o suplente imediato para preenchimento da vaga.

Art. 26 - A posse e o exercício dos membros do Conselho Superior efetivar-se-ão na segunda quinzena do mês da eleição, em sessão solene.

Art. 27 - O Conselho Superior reunir-se-á mensalmente, em sessão ordinária, por convocação extraordinária de seu Presidente ou por proposta de um terço de seus membros.

Parágrafo único - O Conselho Superior se instalará com o mínimo de seis membros, e as deliberações serão tomadas por maioria simples, respeitadas as exceções previstas nesta lei complementar.



Art. 28 - Ao Conselho Superior da Defensoria Pública compete:

I - exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública;

II - opinar, por solicitação do Defensor Público Geral, sobre matéria pertinente à independência funcional e à autonomia administrativa da Defensoria Pública do Estado;

III - indicar ao Defensor Público Geral, em lista triplíce, os candidatos à promoção por merecimento;

IV - aprovar a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública e decidir sobre reclamações a ela concernentes, no prazo de quinze dias;

V - recomendar ao Defensor Público Geral a instauração de processo administrativo-disciplinar contra Defensores Públicos e servidores auxiliares da Defensoria Pública;

VI - conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo-disciplinar;

VII - decidir sobre pedido de revisão de processo administrativo-disciplinar;

VIII - decidir sobre a remoção voluntária dos integrantes da carreira de Defensor Público;

IX - determinar, por voto de dois terços de seus integrantes, a remoção ou disponibilidade compulsória de membro da Defensoria Pública;

X - decidir sobre a destituição do Corregedor-Geral, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

XI - deliberar sobre a organização do concurso para ingresso na carreira e designar os representantes da Defensoria Pública que integrarão a Comissão de Concurso;

XII - recomendar correições extraordinárias;

XIII - aprovar o Plano Geral de Atuação;

XIV - sugerir ao Defensor Público Geral a edição de recomendação, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução, para o desempenho de suas funções;

XV - deliberar, atendida a necessidade do serviço, sobre a licença de membro da Defensoria Pública para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento ou estudos, no País ou no exterior, evidenciado o interesse da instituição;

XVI - autorizar, em razão de ato excepcional e fundamentado, pelo voto de dois terços de seus integrantes, o Defensor Público Geral a exercer, pessoalmente ou por designação, as funções processuais afetas a outro membro da instituição;

XVII - representar ao Corregedor-Geral sobre a instauração de processo administrativo-disciplinar contra membro da Defensoria Pública;

XVIII - opinar sobre o aproveitamento de membro da Defensoria Pública em disponibilidade;

XIX - solicitar ao Corregedor-Geral da Defensoria Pública informações sobre a conduta e a atuação funcional de membro da instituição, determinando a



realização de visitas de inspeção para verificação de irregularidade no serviço, especialmente no caso de inscritos para a promoção ou remoção voluntária;

XX - conhecer dos relatórios reservados elaborados pela Corregedoria-Geral em inspeções e correições, recomendando as providências cabíveis;

XXI - decidir, em sessão pública e pelo voto de dois terços de seus integrantes, sobre a avaliação e a permanência na carreira dos membros da Defensoria Pública em estágio probatório;

XXII - determinar a suspensão do exercício funcional de membro da Defensoria Pública em caso de verificação de incapacidade física ou mental;

XXIII - aprovar o regulamento de estágio probatório elaborado pela Corregedoria-Geral;

XXIV - dar posse ao Defensor Público Geral, nos termos do art. 8º desta lei complementar;

XXV - aprovar o Regulamento Interno da Defensoria Pública;

XXVI - exercer outras atribuições previstas em lei ou no Regulamento Interno.

§ 1º - Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos abertos e nominais, presente a maioria de seus membros, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

§ 2º - As decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão fundamentadas e publicadas no prazo de cinco dias, exceto nas hipóteses legais de sigilo, sob forma de deliberação.

§ 3º - Na indicação à promoção por antigüidade, observar-se-á o disposto no art. 61 desta lei complementar.

§ 4º - Na indicação à promoção por merecimento, o processo de votação será oral, atendidos os critérios estabelecidos no art. 63 desta lei complementar.

Art. 29 - O integrante do Conselho Superior é considerado impedido nos seguintes casos:

I - quando a deliberação envolver interesse de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive;

II - quando for interessado no resultado do julgamento;

III - quando não comparecer à sessão de leitura de relatório ou de discussão de matéria em pauta.

Art. 30 - Considera-se fundada a suspeição de parcialidade do integrante do Conselho Superior quando:

I - houver notória inimizade com o interessado no julgamento da matéria;

II - for parte em processo cível, criminal ou administrativo em que funcionou o interessado no julgamento da matéria;

III - houver motivo de foro íntimo.

Art. 31 - O impedimento ou a suspeição, salvo por motivo de foro íntimo,



poderá ser argüido pelo interessado ou por qualquer integrante do Conselho Superior, até o início do julgamento.

§ 1º - Argüido o impedimento ou a suspeição, o Conselho Superior, após a oitiva do integrante imputado impedido ou suspeito, decidirá a questão de plano.

§ 2º - O integrante do Conselho Superior poderá alegar o impedimento e a suspeição por motivo de foro íntimo, no prazo previsto no "caput" deste artigo.

§ 3º - Serão convocados os suplentes necessários se, em razão de impedimento ou suspeição de integrante do Conselho Superior, houver prejuízo, por falta de quórum legal, à apreciação de matéria em pauta, suspendendo-se, se for o caso, o julgamento.

Seção IV

Da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública

Art. 32 - A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública é órgão de fiscalização e orientação da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública.

Art. 33 - A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral, indicado entre os integrantes da classe mais elevada da carreira, em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos.

Art. 34 - Ao Corregedor-Geral da Defensoria Pública compete:

I - realizar inspeções e correições funcionais nos Núcleos e nos serviços da Defensoria Pública e remeter relatório reservado ao Conselho Superior;

II - sugerir ao Defensor Público Geral, fundamentadamente, o afastamento do Defensor Público que esteja sendo submetido a correição, sindicância ou processo administrativo-disciplinar;

III - receber e processar representação contra Defensor Público e encaminhá-la, com parecer, ao Conselho Superior;

IV - propor a instauração de processo administrativo-disciplinar contra Defensor Público e servidor administrativo auxiliar e encaminhar a proposição ao Defensor Público Geral;

V - propor ao Conselho Superior, fundamentadamente, a suspensão do estágio probatório do Defensor Público;

VI - acompanhar a atuação do Defensor Público durante o estágio probatório, mediante avaliação permanente de seu desempenho;

VII - propor ao Conselho Superior, fundamentadamente, a confirmação do Defensor Público no cargo, até sessenta dias antes do término do estágio probatório;

VIII - propor, fundamentadamente, a exoneração do Defensor Público em estágio probatório, com base em avaliação especial, procedida por comissão constituída especificamente para esse fim;

IX - representar sobre verificação de incapacidade física, mental ou moral de membros da Defensoria Pública;



- X - integrar como membro nato o Conselho Superior da Defensoria Pública;
- XI - baixar instruções, sem caráter vinculativo e no limite de suas atribuições, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da Defensoria Pública, bem como à independência funcional de seus membros;
- XII - manter atualizados os assentamentos funcionais e os registros estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, especialmente para efeito de aferição de merecimento, neles devendo constar:
- a) os pareceres da Corregedoria-Geral, inclusive o previsto no art. 52 desta lei complementar, e a decisão do Conselho Superior sobre o estágio probatório;
- b) as observações feitas em inspeções e correições;
- c) as penalidades disciplinares aplicadas;
- XIII - oferecer ao Conselho Superior da Defensoria Pública, quando da composição de listas tríplexes para promoção, os assentamentos sobre a vida funcional dos Defensores Públicos que satisfaçam o requisito de interstício, assim como outras informações consideradas necessárias;
- XIV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Defensor Público Geral ou pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- XV - encaminhar ao Defensor Público Geral o processo administrativo-disciplinar afeto à decisão deste;
- XVI - apresentar, quando requisitado pelo Defensor Público Geral, relatório estatístico sobre as atividades dos órgãos de atuação;
- XVII - prestar ao Defensor Público informações de caráter pessoal e funcional, assegurando-lhe o direito de acesso, retificação e complementação dos dados;
- XVIII - requisitar informações, exames, perícias, documentos, diligências, certidões, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;
- XIX - elaborar o regulamento do estágio probatório;
- XX - propor ao Defensor Público Geral e ao Conselho Superior a expedição de instruções e outras normas administrativas, sempre que necessário ou conveniente ao serviço;
- XXI - convocar Defensores Públicos para deliberação sobre matéria administrativa ou de interesse da instituição;
- XXII - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou no Regulamento Interno da Defensoria Pública.

Parágrafo único - As anotações que importem demérito serão lançadas no assentamento funcional, após prévia ciência do interessado, permitindo-se a retificação, na forma prevista no art. 124 desta lei complementar.

Art. 35 - O Corregedor-Geral poderá ser destituído do cargo por deliberação do Conselho Superior, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível, grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.



Parágrafo único - O Conselho Superior decidirá, por maioria de votos, pela admissibilidade da representação para a destituição do Corregedor-Geral, nos casos previstos no "caput" deste artigo, desde que formulada pelo Defensor Público Geral, por um terço de seus integrantes ou por um décimo dos membros da Defensoria Pública em atividade.

Art. 36 - Autorizada a proposta de destituição do Corregedor-Geral, o Conselho Superior, em sessão presidida pelo Defensor Público Geral, constituirá, em votação secreta, comissão processante, integrada por três Defensores Públicos de Classe Especial, cabendo a Presidência ao mais antigo nesta classe.

§ 1º - O Corregedor-Geral da Defensoria Pública será cientificado, no prazo de dez dias, da aprovação da proposta de destituição, podendo, em quinze dias, apresentar defesa por escrito, pessoalmente ou por procurador, e requerer produção de provas.

§ 2º - Não sendo apresentada defesa, o Presidente da comissão processante nomeará procurador para fazê-la no prazo de quinze dias.

§ 3º - Findo o prazo concedido à defesa, o Presidente da comissão processante designará, nos dez dias subseqüentes, a data para instrução e julgamento.

§ 4º - Na sessão de instrução e julgamento, presidida pelo Defensor Público Geral, após a leitura do relatório da comissão processante, o Corregedor-Geral, pessoalmente ou por procurador, terá trinta minutos para produzir defesa oral, deliberando, em seguida, o Conselho Superior, pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros.

§ 5º - A presença na sessão de instrução e julgamento será limitada aos membros do Conselho Superior, ao Corregedor-Geral e ao seu procurador.

§ 6º - A sessão poderá ser suspensa por uma vez, pelo prazo máximo de dez dias, para a realização de diligência requerida pelo Corregedor-Geral ou por seu procurador, bem como por qualquer membro do Conselho Superior, desde que reputada, por maioria de votos, imprescindível ao esclarecimento dos fatos.

Art. 37 - Rejeitada a proposta de destituição ou não atingida a votação prevista no § 4º do art. 36 desta lei complementar, o Presidente da sessão determinará o arquivamento dos autos do procedimento.

Art. 38 - Aprovada a destituição, o Defensor Público Geral fará publicar, no órgão oficial dos Poderes do Estado, em quarenta e oito horas, o inteiro teor da decisão proferida, da qual não caberá recurso.

Parágrafo único - O Presidente da sessão, em cinco dias, encaminhará os autos ao Governador do Estado, para que proceda à exoneração do Corregedor-Geral da Defensoria Pública, no prazo de quinze dias contados de seu recebimento.

Art. 39 - Destituído o Corregedor-Geral da Defensoria Pública, proceder-se-á na forma determinada no art. 36 desta lei complementar.

Art. 40 - O Corregedor-Geral ficará afastado de suas funções:

I - após o trânsito em julgado da decisão judicial condenatória em caso de prática de infração penal, cuja sanção cominada seja de reclusão;

II - no procedimento de destituição, desde a aprovação do pedido de autorização pelo Conselho Superior, na forma prevista no art. 35, parágrafo único, desta lei complementar, até a decisão final.



Parágrafo único - O período de afastamento contará como de exercício do mandato.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos de Atuação

Seção I

Das Defensorias Públicas do Estado

Art. 41 - É obrigatória a instalação de Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado.

Art. 42 - Nas Defensorias Públicas com mais de um cargo de Defensor Público, haverá um Defensor Público como Coordenador e seus substitutos, designados pelo Defensor Público Geral, competindo-lhes, sem prejuízo de suas funções institucionais e outras fixadas pelo Conselho Superior, especialmente:

I - coordenar as atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos que atuem em sua área de competência;

II - sugerir ao Defensor Público Geral providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência;

III - remeter, semestralmente, ao Corregedor-Geral relatório das atividades desenvolvidas em sua área de competência;

IV - promover reuniões mensais internas para a fixação de orientações, sem caráter vinculativo, e para deliberação sobre matéria administrativa, com comparecimento obrigatório, salvo motivo justificado;

V - dar posse e exercício aos auxiliares administrativos nomeados pelo Defensor Público Geral;

VI - organizar os serviços auxiliares, distribuindo tarefas e fiscalizando os trabalhos executados;

VII - presidir, mediante designação do Defensor Público Geral, processo administrativo-disciplinar relativo a infrações funcionais dos seus servidores;

VIII - fiscalizar a distribuição equitativa dos autos ou outro expediente em que deva funcionar Defensor Público;

IX - representar a Defensoria Pública nas solenidades oficiais, em sua área de atuação;

X - encaminhar aos órgãos da Administração Superior da Defensoria Pública sugestões para o aprimoramento dos serviços e solicitar os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

XI - solicitar ao Defensor Público Geral a designação de estagiários, mediante requerimento de qualquer de seus integrantes;



XII - encaminhar à Defensoria Pública Geral sugestões para a elaboração do Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública;

XIII - redistribuir, em caso de afastamento, os pedidos e os processos, modificando-lhes a orientação, se necessário;

XIV - prestar ao Defensor Público Geral e ao Corregedor-Geral todas as informações pertinentes às atividades da Defensoria Pública em sua área de atuação;

XV - receber reclamações contra a atuação de Defensores Públicos e encaminhá-las à consideração do Corregedor-Geral;

XVI - propor, fundamentadamente, e promover, se aprovada, a implantação de Núcleos da Defensoria Pública, mesmo em bairros ou regiões, visando à desconcentração dos serviços da instituição;

XVII - estabelecer relacionamento com os órgãos do Ministério Público e do Poder Judiciário, com a finalidade de solucionar casos que lhe estejam afetos;

XVIII - sugerir e encaminhar a celebração de convênio ou ajuste com entidade pública ou privada, visando à melhoria e à expansão dos serviços da Defensoria Pública e, se implantado, exercer a coordenação e o controle da sua execução na respectiva área de competência;

XIX - solicitar à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública a realização de correições extraordinárias, sempre que necessário, dando-se delas ciência ao Defensor Público Geral;

XX - elaborar boletim e mapas estatísticos de processos, ações e atendimentos prestados, para efeito de relatórios periódicos;

XXI - estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns;

XXII - remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos ligados à sua atividade;

XXIII - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins;

XXIV - organizar a biblioteca e o arquivo geral da Defensoria Pública, recolhendo e classificando as cópias de trabalhos elaborados pelos integrantes, bem como o material legislativo, doutrinário e jurisprudencial de interesse;

XXV - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Defensor Público Geral.

§ 1º - O Coordenador exercerá suas atribuições pelo período de um ano, permitida uma recondução.

§ 2º - As funções de Defensor Público Coordenador serão consideradas para apuração de mérito na ocasião da promoção.

§ 3º - As funções de que trata este artigo poderão ser delegadas a outro Defensor Público, mediante comunicação ao Defensor Público Geral.

Art. 43 - As Defensorias Públicas poderão ser agrupadas em regiões, sob a coordenação de um Defensor Público, nos termos do Regulamento Interno.



Seção II

Dos Núcleos da Defensoria Pública

Art. 44 - Os Núcleos da Defensoria Pública são compostos de Defensores Públicos e dos serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções.

§ 1º - Em cada Núcleo, servirá pelo menos um membro da Defensoria Pública.

§ 2º - Os Núcleos serão especializados, podendo ser judiciais ou extrajudiciais, observado o disposto no Regulamento Interno.

§ 3º - A criação, a modificação e a extinção dos Núcleos serão fixadas mediante proposta do Defensor Público Coordenador aprovada pelo Defensor Público Geral.

§ 4º - O Regulamento Interno disporá sobre os critérios de divisão dos serviços dos Núcleos.

CAPÍTULO IV

Dos Órgãos de Execução

Seção Única

Dos Defensores Públicos

Art. 45 - Aos Defensores Públicos do Estado incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhes especialmente:

I - tentar a composição amigável das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

II - postular a concessão de gratuidade de justiça para os necessitados, na forma da lei;

III - praticar os atos inerentes à postulação e à defesa dos direitos dos necessitados, providenciando para que os feitos tenham normal tramitação e, quando cabível, interpor recurso para qualquer grau de jurisdição;

IV - defender, nos processos criminais, o réu que não tenha defensor constituído, o revel inclusive;

V - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

VI - patrocinar ação civil e ação civil "ex delicto";

VII - patrocinar defesa em ação penal;

VIII - patrocinar defesa em ação civil e reconvir;

IX - exercer a defesa da criança e do adolescente, em especial nas hipóteses previstas no art. 227 da Constituição da República;

X - assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes;



- XI - patrocinar os direitos e interesses do consumidor lesado;
- XII - atuar nos Juizados Especiais;
- XIII - exercer a função de Curador de Ausentes e Especial, salvo quando a lei a atribuir expressamente a outrem;
- XIV - representar ao Ministério Público em caso de sevícias ou maus-tratos à pessoa do defendendo;
- XV - atuar nos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando a assegurar à pessoa, em qualquer circunstância, o exercício dos direitos e das garantias individuais;
- XVI - requerer a transferência de preso para local adequado, quando necessário;
- XVII - diligenciar as medidas necessárias ao assentamento de registro civil de nascimento de criança ou adolescente;
- XVIII - supervisionar e fiscalizar, sob a coordenação dos órgãos superiores, o desempenho do estagiário designado para seu auxiliar nos serviços forenses, avaliando-o, ao final do estágio, na forma do regulamento;
- XIX - exercer, mediante designação do Defensor Público Geral, a Coordenadoria de Núcleo da Defensoria Pública e outros cargos de confiança da instituição;
- XX - integrar comissão de processo administrativo-disciplinar;
- XXI - requisitar a instauração de inquérito policial e diligências necessárias à apuração de crime de ação penal pública;
- XXII - patrocinar ação civil pública, nos termos da lei;
- XXIII - patrocinar ação popular, mandado de injunção e mandado de segurança;
- XXIV - exercer outras atribuições definidas em lei ou ato normativo, desde que afetas à sua área de atuação.
- Parágrafo único - O Defensor Público Geral poderá designar outro Defensor Público para atuar em feito determinado de atribuição do titular, com a concordância deste.

TÍTULO IV

Do Pessoal e da Carreira de Defensor Público

CAPÍTULO I

Do Pessoal e dos Cargos

Art. 46. O quadro de cargos da carreira de Defensor Público, organizada em classes na forma do Anexo desta Lei Complementar, é integrado por mil e duzentos cargos efetivos.

(Caput com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

Parágrafo único - O provimento dos cargos previstos no "caput" deste artigo fica condicionado à observância das condições estabelecidas pela Lei



Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e pela lei orçamentária anual.

(Vide art. 41 da Lei nº 15301, de 10/8/2004.)

Art. 47 - As promoções na carreira da Defensoria Pública serão precedidas da adequação da lista de antigüidade aos critérios de desempate estabelecidos nesta lei complementar.

CAPÍTULO II

Do Ingresso na Carreira

Art. 48 -O ingresso na carreira de Defensor Público, no cargo de Defensor Público Substituto, dar-se-á mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, observada a ordem de classificação.

Seção I

Da Nomeação, da Posse e do Exercício

Art. 49. O candidato aprovado no concurso de ingresso na carreira será nomeado para o cargo de Defensor Público, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes, e posicionado na Classe I - Nível I, exercendo as funções de Defensor Público Substituto até completar o seu estágio probatório.

Parágrafo único. O Defensor Público a que se refere o caput deste artigo tem as mesmas prerrogativas, vedações, impedimentos e vantagens de caráter indenizatório do Defensor Público de Classe I - Nível II.

(Artigo com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

Art. 50 - O candidato nomeado tomará posse, com imediato exercício, no prazo de trinta dias contado da data da nomeação, prorrogável, por igual período, mediante requerimento dirigido ao Defensor Público Geral.

§ 1º - O candidato será empossado perante o Conselho Superior, em sessão extraordinária.

§ 2º - O candidato nomeado apresentará declarações de bens relativas aos dois últimos exercícios fiscais e, no ato da posse, prestará o compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

§ 3º - O candidato nomeado que não comparecer à posse prevista no "caput" deste artigo será empossado na forma disposta no art. 9º, XX, desta lei complementar.

§ 4º - Caso a posse não ocorra no prazo previsto por ausência do nomeado, a nomeação caducará automaticamente, e será decretada a perda do cargo em ato do Defensor Público Geral.

§ 5º - O candidato aprovado poderá renunciar à nomeação antecipadamente ou até o termo final do prazo de posse, caso em que, optando, será deslocado para o último lugar da lista de classificados.

§ 6º - O Defensor Público em estágio probatório exercerá suas funções em qualquer órgão de atuação no Estado.



Seção II

Do Estágio Probatório

Art. 51 - O Defensor Público Substituto, a contar da data em que entrar em exercício, submeter-se-á a estágio probatório pelo prazo de três anos, durante o qual será avaliada, em caráter permanente, pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, a conveniência da permanência e da confirmação na carreira.

§ 1º - Na avaliação de que trata o "caput" deste artigo, serão observadas:

I - a idoneidade moral no âmbito pessoal, profissional e familiar;

II - a conduta compatível com a dignidade do cargo;

III - a dedicação e a exatidão no cumprimento dos deveres e das funções do cargo;

IV - a eficiência, a pontualidade e a assiduidade no desempenho de suas funções;

V - a presteza e a segurança nas manifestações processuais;

VI - as referências em razão da atuação funcional;

VII - a publicação de livros, teses, estudos e artigos jurídicos, premiação obtida inclusive;

VIII - a atuação em órgão de atuação da Defensoria Pública que apresente dificuldade no exercício das atribuições;

IX - a contribuição para a melhoria dos serviços da instituição;

X - a integração comunitária no que estiver afeto às atribuições do cargo;

XI - a frequência a cursos de aperfeiçoamento.

§ 2º - Durante o triênio a que se refere este artigo, a atuação do membro da Defensoria Pública será, ainda, acompanhada e avaliada pela Corregedoria-Geral, por meio de inspeções, correções, análise de trabalhos remetidos e outros meios a seu alcance.

§ 3º - A permanência na carreira e a confirmação como membro da Defensoria Pública serão deliberadas pelo Conselho Superior, na forma desta lei complementar.

Art. 52 - O Corregedor-Geral da Defensoria Pública, para os fins do disposto no art. 28, inciso XXI, designará uma comissão para acompanhamento e avaliação individual de estágio probatório do membro da Defensoria Pública.

§ 1º - A comissão de que trata o "caput" será composta pelo Corregedor-Geral, que a presidirá, e por, pelo menos, dois Defensores Públicos em exercício há mais de cinco anos.

§ 2º - Durante o período de estágio probatório, será aprofundada a investigação relativa aos aspectos moral, pessoal, profissional e familiar do membro da Defensoria Pública, valendo as conclusões como subsídio para a decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública.



§ 3º - O membro da Defensoria Pública encaminhará à comissão relatórios trimestrais de atividades, instruídos com peças jurídicas, abrangendo as diversas áreas de atuação, na forma que dispuser o Regulamento Interno.

§ 4º - O Corregedor-Geral e a comissão designada poderão requisitar ao membro da Defensoria Pública em estágio probatório cópias de trabalhos referidos nos relatórios trimestrais e não encaminhados.

Art. 53 - O Corregedor-Geral da Defensoria Pública poderá, a qualquer tempo, de ofício ou mediante provocação dos membros da comissão, impugnar, fundamentadamente, a permanência do Defensor Público na carreira.

§ 1º - O interessado será intimado pessoalmente para, em dez dias, oferecer alegações e produzir provas, observado o disposto nos arts. 28, inciso XXI, 54, parágrafo único, 55 e 57, §§ 1º, 2º e 3º, desta lei complementar.

§ 2º - Não sendo encontrado ou havendo fundada suspeita de ocultação, a intimação far-se-á por meio de publicação no órgão oficial dos Poderes do Estado.

§ 3º - Acolhida a impugnação pelo Conselho Superior, o Defensor Público será exonerado por ato do Defensor Público Geral, cabendo da decisão recurso ao Conselho Superior, no prazo de cinco dias.

§ 4º - Rejeitada a impugnação, o membro da Defensoria Pública permanecerá em estágio probatório, na forma desta lei complementar.

§ 5º - Não sendo impugnado o estágio probatório, o Corregedor-Geral designado para presidir a comissão poderá sugerir ao Defensor Público Geral, até cento e vinte dias antes do término do estágio probatório, a confirmação do membro da Defensoria Pública na carreira, servindo a manifestação como subsídio ao Conselheiro designado, nos termos do art. 55, § 2º, desta lei complementar.

Art. 54 - Fica suspenso, até o definitivo julgamento, o período de estágio probatório do membro da Defensoria Pública no caso de impugnação à sua permanência na carreira.

Parágrafo único - O Defensor Público Substituto somente poderá afastar-se do exercício do cargo por motivo de férias ou licença para tratamento de saúde, caso em que o estágio não se suspende.

Seção III

Da Confirmação na Carreira

Art. 55 - A conveniência da confirmação na carreira do Defensor Público em estágio probatório será examinada por integrante do Conselho Superior da Defensoria Pública, designado mediante a distribuição dos relatórios.

§ 1º - O Corregedor-Geral, até noventa dias antes do término do estágio probatório, apresentará ao Conselho Superior relatório da atuação do Defensor Público Substituto, emitindo parecer sobre sua confirmação.

§ 2º - O Conselheiro designado proporá a confirmação ou não do Defensor Público na carreira até sessenta dias antes do término do estágio probatório, em exposição fundamentada e instruída com os documentos necessários.

Art. 56 - Caso o Conselheiro designado, com base em avaliação especial realizada pela comissão de que trata o art. 52 desta lei complementar, proponha ao Conselho Superior a exoneração do Defensor Público em estágio probatório, terá este dez dias para oferecer alegações e provas.



§ 1º - O interessado será intimado pessoalmente, e, não sendo encontrado ou havendo fundada suspeita de ocultação, será a intimação efetivada por meio de publicação no órgão oficial dos Poderes do Estado.

§ 2º - O Conselho Superior, na primeira reunião subsequente, decidirá sobre a proposta de exoneração pelo voto de dois terços de seus membros.

§ 3º - Quando o Conselho Superior decidir pela não-confirmação do Defensor Público no cargo, ou não havendo defesa, o Defensor Público Geral procederá a sua exoneração.

Art. 57 - Ficam suspensos, automaticamente, até o definitivo julgamento, o exercício funcional e o período de estágio probatório do Defensor Público Substituto, quando houver impugnação pelo Conselheiro designado.

§ 1º - Propondo o Conselheiro a confirmação na carreira do membro da Defensoria Pública, suspende-se, automaticamente, o período de estágio probatório, até o definitivo julgamento pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

§ 2º - O tempo de suspensão do exercício funcional será contado para todos os efeitos legais, em caso de confirmação.

§ 3º - Se a decisão for pela confirmação na carreira, compete ao Defensor Público-Geral expedir o respectivo ato declaratório, no qual constará a nova condição do servidor como Defensor Público de Classe I - Nível II, além da titularidade no órgão de atuação em que estiver exercendo as suas atribuições, salvo se neste existir titular, ainda que licenciado ou afastado.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

§ 4º - Caso o Defensor Público confirmado não puder ser titularizado em seu órgão de atuação, será designado para exercer as suas atribuições em outro órgão.

CAPÍTULO III

Da Carreira e dos Cargos

Art. 58 - A carreira de Defensor Público é constituída das seguintes classes:

I - Defensor Público de Classe I;

II - Defensor Público de Classe II;

III - Defensor Público de Classe III;

IV - Defensor Público de Classe IV;

V - Defensor Público de Classe Especial.

§ 1º O quantitativo de cargos de Defensor Público e sua distribuição nas classes da carreira são os estabelecidos no Anexo desta lei complementar, já considerados os cargos providos pelos membros da Defensoria Pública que integram a carreira na data da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º A Classe I da carreira de Defensor Público é dividida em Níveis I e II.



(Artigo com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

(Vide art. 6º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

CAPÍTULO IV

Da Vacância e das Formas de Provimento Derivado

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 59 - O Defensor Público Geral fará publicar, no órgão oficial dos Poderes do Estado, edital para provimento de vaga existente.

Parágrafo Único - O Regulamento Interno disciplinará os requisitos do edital de promoção ou remoção e os critérios de votação, observado o disposto nesta lei complementar.

Seção II

Da Promoção

Art. 60 - A promoção na carreira de Defensor Público será

efetivada por ato do Defensor Público Geral, atendidos, alternadamente, os critérios de antigüidade e merecimento, observando este a lista tríplice, decorrido o interstício de três anos de efetivo exercício na classe.

§ 1º - Na promoção por merecimento de que trata o "caput" deste artigo, o Defensor Público Geral levará em consideração a eficiência e a produtividade no exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 2º - Dispensar-se-á o prazo de interstício previsto no "caput" deste artigo se não houver quem preencha tal requisito, ou se quem o preencher não se inscrever para a promoção.

Subseção I

Da Antigüidade

Art. 61 - A antigüidade, para efeito de promoção, será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe, independentemente de inscrição, importando interrupção de contagem de tempo o afastamento ou a licença do cargo, salvo por motivo de:

I - férias;

II - licença:

a) para tratamento de saúde;

b) por motivo de doença em pessoa da família;

c) à gestante;

d) paternidade;



e) em caráter especial;

f) para casamento;

g) por luto;

III - período de trânsito;

IV - prestação de serviço militar e outros obrigatórios por lei;

V - exercício de mandato eletivo ou da entidade de classe;

VI - exercício, no âmbito da Defensoria Pública, de cargos em comissão ou função de assessoria;

VII - outros casos previstos em lei.

Art. 62 - Ocorrendo empate na classificação por antigüidade, terão preferência, sucessivamente:

I - o que for mais antigo na carreira da Defensoria Pública;

II - o que tiver mais tempo de serviço público estadual;

III - o que tiver mais tempo de serviço público;

IV - o que tiver obtido melhor classificação no concurso para ingresso na carreira;

V - o que tiver mais idade.

Subseção II

Do Merecimento

Art. 63 - Poderá concorrer à promoção por merecimento o membro da Defensoria Pública que:

I - requeira sua inscrição no prazo de quinze dias a contar da publicação, no órgão oficial dos Poderes do Estado, do aviso de existência de vaga, constando no requerimento estar com o serviço em dia;

II - não esteja em disponibilidade cautelar ou decorrente de punição;

III - não tenha sofrido penalidade disciplinar nos doze meses anteriores à formação da lista nem esteja submetido a processo disciplinar ou administrativo;

IV - não esteja respondendo a ação penal por infração cuja sanção cominada seja de reclusão nem esteja cumprindo pena;

V - não se tenha afastado do exercício das funções nos últimos dois anos, ou a ele retornado nos últimos seis meses, ressalvadas as hipóteses relacionadas nos incisos do art. 61 desta lei complementar;

VI - não tenha dado causa, injustificadamente, a adiamento de audiência, no período de doze meses anteriores ao pedido, e assim o declarar expressamente no requerimento de inscrição;



VII - não esteja em estágio probatório.

Art. 64 - A promoção por merecimento dependerá de lista tríplice para cada vaga, elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, em sessão aberta e com voto oral.

§ 1º - Serão incluídos na lista tríplice os nomes votados pela maioria absoluta, realizando-se tantos escrutínios quantos necessários.

§ 2º - A lista de promoção por merecimento poderá conter menos de três nomes, se não houver remanescente da classe com o requisito do interstício.

§ 3º - A lista tríplice será acompanhada do histórico funcional dos candidatos, com a indicação dos votos obtidos, o escrutínio e a menção de entradas em listas anteriores.

§ 4º - É obrigatória a promoção por merecimento do membro da Defensoria Pública que figurar na lista pela terceira vez consecutiva ou pela quinta vez alternada.

§ 5º - Em caso de haver mais de um candidato à promoção compulsória, o desempate far-se-á pelo critério estabelecido no art. 62 desta lei complementar.

Art. 65 - O Conselho Superior fixará os critérios para aferição do merecimento, considerando especialmente:

I - o aprimoramento intelectual e cultural em cursos de aperfeiçoamento de natureza jurídica, promovidos pela Defensoria Pública ou por estabelecimento de ensino superior oficialmente reconhecido, compreendendo, necessariamente, as seguintes atividades:

- a) apresentação de trabalho escrito sobre assunto de relevância jurídica;
- b) defesa oral do trabalho que tenha sido aceito por banca examinadora;

II - a contribuição à organização e à melhoria dos serviços da Defensoria Pública.

Art. 66 - Serão observados, além dos requisitos legais para a promoção, os seguintes critérios:

I - operosidade, assiduidade e dedicação ao exercício do cargo;

II - presteza e segurança nas manifestações processuais;

III - condutas pública e particular ilibadas;

IV - conceito atribuído aos assentamentos funcionais, na forma do Regulamento Interno;

V - referências em razão da atuação funcional;

VI - publicação de livros, teses, estudos e artigos jurídicos e premiação obtida;

VII - atuação em Núcleo que apresente dificuldade ao exercício das atribuições;

VIII - contribuição à melhoria dos serviços da instituição e do Núcleo.



Art. 67 - O Defensor Público Geral promoverá, no prazo de quinze dias contados do recebimento do expediente, os indicados à promoção por antigüidade ou por merecimento.

Parágrafo único - A promoção realizada após o prazo fixado neste artigo retroagirá ao dia seguinte de seu vencimento.

CAPÍTULO V

Da Inamovibilidade e da Remoção

Art. 68 - Os membros da Defensoria Pública são inamovíveis, salvo se apenados com remoção compulsória, na forma desta lei complementar.

Art. 69 - A remoção será voluntária ou por permuta, sempre entre membros da mesma classe.

Art. 70 - A remoção compulsória somente será aplicada com prévio parecer do Conselho Superior, assegurada ampla defesa em processo administrativo-disciplinar.

Art. 71 - A remoção voluntária far-se-á mediante requerimento apresentado ao Defensor Público Geral nos quinze dias seguintes à publicação, no órgão oficial dos Poderes do Estado, do edital do aviso da existência da vaga.

§ 1º - Findo o prazo fixado no "caput" deste artigo e havendo mais de um candidato à remoção, será removido o mais antigo na classe, e, ocorrendo empate, sucessivamente, o mais antigo na carreira, no serviço público do Estado, no serviço público em geral, o mais idoso e o mais bem classificado no concurso para ingresso na Defensoria Pública.

§ 2º - A remoção precederá o preenchimento da vaga por promoção.

§ 3º - Dar-se-á a remoção voluntária, independentemente de vaga, para acompanhar cônjuge ou companheiro ocupante de cargo público efetivo, nos termos do Regulamento Interno.

Art. 72 - A remoção por permuta será concedida mediante requerimento do interessado, atendida a conveniência do serviço.

§ 1º - A remoção por permuta somente será deferida após um ano de exercício como Defensor Público de Primeira Classe.

§ 2º - Presume-se inconveniente ao serviço a remoção por permuta quando um dos Defensores Públicos estiver às vésperas de aposentadoria ou de exoneração do cargo a pedido.

§ 3º - Na ocorrência do previsto no § 2º deste artigo, o Conselho Superior revogará a remoção por permuta, sem prejuízo de penalidade disciplinar.

§ 4º - O ato de remoção é de competência do Defensor Público Geral.

TÍTULO V

Das Garantias e das Prerrogativas

CAPÍTULO I

Das Garantias



Art. 73 - O Defensor Público goza das seguintes garantias:

I - independência funcional no desempenho de suas atribuições;

II - inamovibilidade;

III - irredutibilidade de subsídio, fixado nos termos da Constituição da República;

IV - estabilidade, nos termos desta lei complementar.

§ 1º - O membro da Defensoria Pública confirmado no cargo nos termos do art. 57, § 3º, desta lei complementar somente poderá ser demitido em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em procedimento administrativo-disciplinar, assegurada a ampla defesa, em qualquer hipótese.

§ 2º - Em caso de extinção do órgão de execução, mudança da sede do Núcleo de atuação ou da comarca, será facultada ao Defensor Público a remoção para outro Núcleo ou comarca, ou obtenção de disponibilidade com subsídio proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo, e a contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

CAPÍTULO II

Das Prerrogativas

Art. 74 - São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública no exercício de suas atribuições:

I - receber intimação pessoal em qualquer processo ou grau de jurisdição, mediante entrega dos autos com vista, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;

II - não ser preso senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediatamente comunicação oral ao Defensor Público;

III - ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com instalações e comodidades condignas e com privacidade, e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;

IV - comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, mesmo sem designação, quando estes se acharem presos;

V - ter vista pessoal dos processos judiciais, em cartório ou na repartição competente, fora dos cartórios e das secretarias, ressalvadas as vedações legais, ou retirá-los pelos prazos legais;

VI - examinar autos de processos, em andamento ou findos;

VII - examinar, em qualquer repartição policial, mesmo sem designação, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

VIII - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota, com assinatura devidamente identificada;

IX - requisitar de autoridade pública ou de seus agentes, civis e militares, exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências;



X - receber, no prazo de quarenta e oito horas, cópia dos autos de prisão em flagrante ratificados, em que o conduzido não tenha sido assistido por advogado;

XI - representar a parte em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais, em qualquer grau de jurisdição;

XII - validar, para o efeito de instrução processual, cópias de documentos originais devidamente conferidos;

XIII - expedir notificação para o fiel desempenho de suas atribuições;

XIV - deixar de patrocinar ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público Geral, com as razões de seu procedimento;

XV - receber o mesmo tratamento reservado aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos demais titulares de cargos das funções essenciais à Justiça;

XVI - ser ouvido como testemunha em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente;

XVII - usar insígnias e vestes talares privativas da Defensoria Pública, de acordo com os modelos oficiais aprovados no Regulamento Interno;

XVIII - ter carteira de identidade funcional, expedida pela própria instituição, conforme modelo aprovado pelo Defensor Público Geral, de uso obrigatório no exercício de suas atividades.

TÍTULO VI

Do Subsídio

CAPÍTULO I

Do Subsídio e das Vantagens

Seção Única

Dos Cargos de Provimento Efetivo da Carreira

Art. 75 - O subsídio do membro da Defensoria Pública é fixado nos termos dos arts. 39, § 4º, e 135 da Constituição da República, mediante lei de iniciativa do Governador do Estado.

Parágrafo único - Até a publicação da lei de que trata o "caput" deste artigo, fica mantida a remuneração vigente do Defensor Público, constituída de vencimentos, adicionais e gratificações, previstos em leis específicas, e as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo para despesas de transporte e mudança;

II - salário-família;

III - diárias;

IV - representação;



V - gratificação pela prestação de serviço especial;

VI - gratificação pelo efetivo exercício em comarca de difícil acesso, assim definido pela lei de organização judiciária;

VII - gratificação especial de Natal;

VIII - um terço da remuneração, em razão de férias.

(Vide Lei nº 17162, de 26/11/2007.)

CAPÍTULO II

Dos Direitos

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 76 - Além do subsídio a ser estabelecido em lei, são assegurados aos membros da Defensoria Pública os seguintes direitos:

I - férias e férias-prêmio;

II - terço constitucional de férias;

(Inciso acrescentado pelo art. 3º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

III - gratificação natalina;

(Inciso acrescentado pelo art. 3º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

IV - licenças e afastamentos;

(Inciso renumerado pelo art. 3º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

V - aposentadoria;

(Inciso renumerado pelo art. 3º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

VI - direito de petição.

(Inciso renumerado pelo art. 3º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

Art. 77 - São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o membro da Defensoria Pública estiver afastado de suas funções em razão de:

I - licença prevista nesta lei complementar;

II - férias;

III - período de trânsito;

IV - disponibilidade remunerada, em caso de afastamento decorrente de processo administrativo-disciplinar, exceto para promoção;

V - designação do Defensor Público Geral para a realização de atividade de



relevância para a instituição;

VI - exercício de mandato eletivo de associação representativa da classe.

Parágrafo único. É assegurado o afastamento do Defensor Público, sem prejuízo de subsídio, direitos e vantagens, para exercer a Presidência da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

Seção II

Das Férias

Art. 78 - O Defensor Público gozará de férias individuais de vinte e cinco dias úteis por ano.

§ 1º - As férias não gozadas por conveniência do serviço poderão sê-lo, cumulativamente, em período posterior, não excedendo cada etapa de gozo a dois períodos de vinte e cinco dias úteis cada um.

§ 2º - As férias poderão ser gozadas em dois períodos, um dos quais com duração mínima de dez dias úteis, de acordo com o interesse do serviço.

§ 3º - Não poderá entrar em gozo de férias o Defensor Público com autos em seu poder por tempo excedente ao prazo legal, ou em falta com tarefa que lhe tenha sido previamente atribuída.

TÍTULO VII

Dos Deveres, das Proibições e dos Impedimentos

CAPÍTULO I

Dos Deveres

Art. 79 - São deveres do membro da Defensoria Pública:

I - residir na localidade onde exerce suas funções, salvo as exceções previstas nesta lei complementar;

II - comparecer diariamente, durante o horário regular do expediente, à sede do órgão em que atue, exercendo os atos do seu ofício;

III - ter irrepreensível conduta, pugnando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas funções;

IV - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe sejam atribuídos pelo Defensor Público Geral;

V - desempenhar com eficiência e produtividade as atribuições inerentes ao cargo;

VI - representar ao Defensor Público Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência em razão de seu cargo;

VII - prestar as informações solicitadas pelos órgãos da administração superior da Defensoria Pública;



VIII - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença;

IX - respeitar as partes e tratá-las com urbanidade;

X - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

XI - manter sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, especialmente nos que tramitam em segredo de justiça;

XII - velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda;

XIII - sugerir ao Defensor Público Geral providências para a melhoria dos serviços no âmbito de sua atuação;

XIV - interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos;

XV - apresentar relatório mensal das atividades desenvolvidas, da tramitação dos processos e das tarefas que lhe forem atribuídas, com sugestões para o aprimoramento dos serviços;

XVI - exercer, mediante designação do Defensor Público Geral, a coordenadoria de órgão de atuação da Defensoria Pública e outros cargos de confiança da instituição;

XVII - integrar comissão de processo administrativo-disciplinar;

XVIII - permanecer no fórum ou nos locais destinados aos órgãos de atuação, em horário necessário ou conveniente ao desempenho de sua função, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de atribuições;

XIX - representar à autoridade competente quando, no exercício de suas atribuições, tiver conhecimento da prática de infração penal;

XX - indicar seu nome e sua condição de Defensor Público, bem como sua matrícula na instituição, em todos os documentos assinados por ele no exercício de suas atribuições;

XXI - manter arquivo com cópias de manifestações processuais no órgão de atuação da Defensoria Pública e de outros atos praticados no exercício do cargo;

XXII - obedecer aos atos normativos regularmente expedidos.

CAPÍTULO II

Das Proibições

Art. 80 - Além das proibições gerais decorrentes do exercício de cargo público, ao membro da Defensoria Pública é vedado especialmente:

I - exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais;



- II - aceitar cargo, exercer função pública ou mandato não legalmente autorizado;
- III - requerer, advogar ou praticar, em juízo ou fora dele, atos que colidam com as funções inerentes ao seu cargo ou com os preceitos éticos de sua profissão;
- IV - empregar, em qualquer expediente oficial, expressões ou termos injuriosos;
- V - adotar postura incompatível com a dignidade do cargo;
- VI - valer-se da qualidade de Defensor Público para obter vantagens indevidas;
- VII - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, em razão de suas atribuições, custas processuais, percentagens ou honorários, salvo os de sucumbência;
- VIII - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;
- IX - revelar segredo que conheça em razão do cargo;
- X - exercer atividade político-partidária enquanto atuar na Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO III

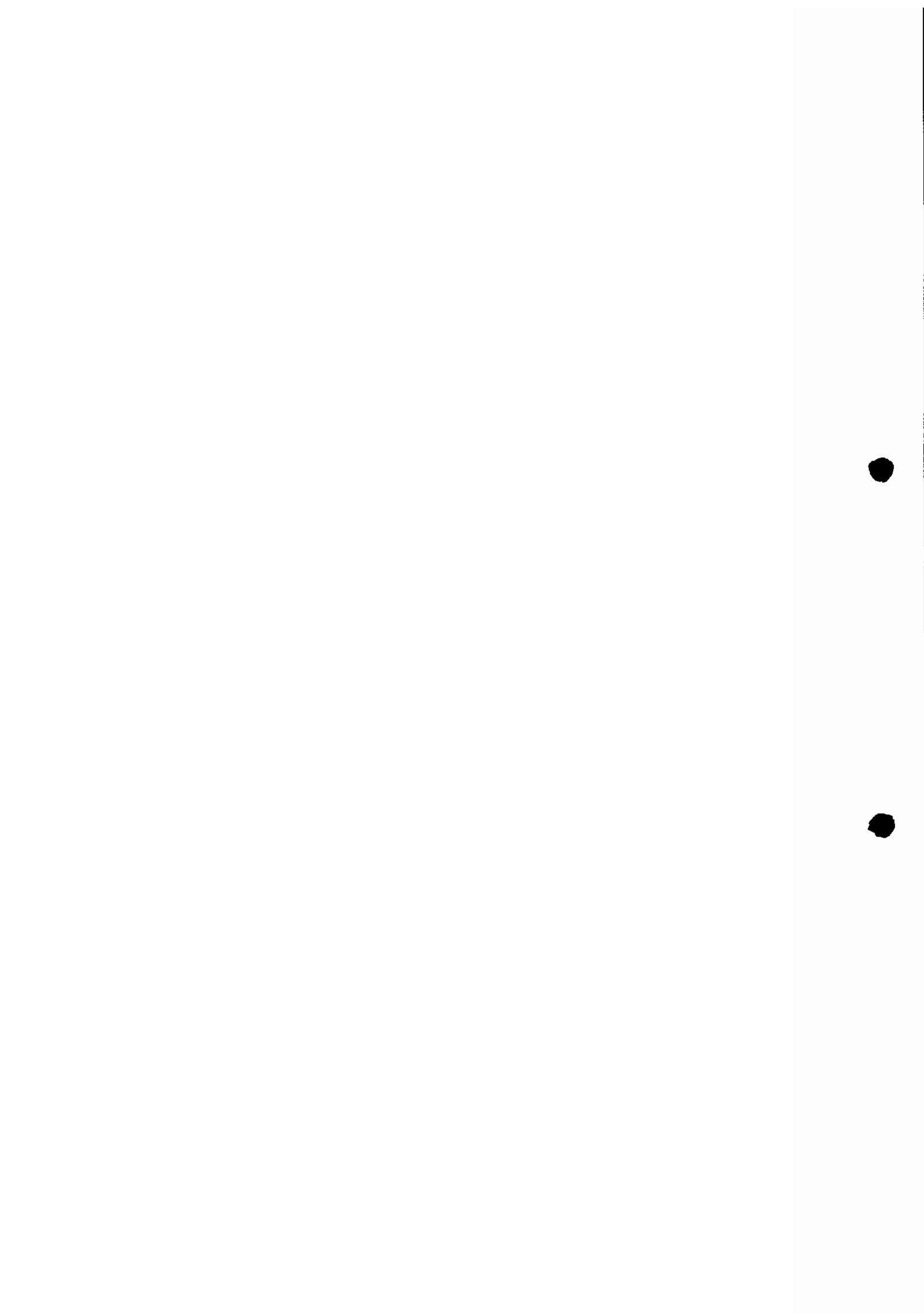
Dos Impedimentos

Art. 81 - É defeso ao Defensor Público exercer as suas funções em processo ou procedimento:

- I - em que seja parte ou, de qualquer forma, interessado;
- II - em que haja atuado como advogado da parte, perito, juiz, membro do Ministério Público, autoridade policial, escrivão de polícia, auxiliar de justiça ou testemunha;
- III - em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o terceiro grau;
- IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso III deste artigo;
- V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III deste artigo atue ou haja atuado como magistrado, membro do Ministério Público, autoridade policial, escrivão de polícia ou auxiliar de justiça;
- VI - em que houver dado para a parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda.

Art. 82 - Os membros da Defensoria Pública não podem participar de comissão, banca de concurso ou de qualquer decisão quando o julgamento ou a votação disser respeito às pessoas mencionadas no inciso III do art. 81 desta lei complementar.

TÍTULO VIII



Da Responsabilidade Funcional

CAPÍTULO I

Do Regime Disciplinar

Art. 83 - Pelo exercício irregular de suas funções, o Defensor Público responde civil, penal e administrativamente.

Parágrafo único - Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral sobre os abusos, os erros ou as omissões de membro da Defensoria Pública.

Art. 84 - A apuração da responsabilidade de membro da Defensoria Pública dar-se-á por meio de procedimento determinado pelo Defensor Público Geral, na forma desta lei complementar.

Art. 85 - A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública estará sujeita a inspeção permanente, por meio de correição ordinária ou extraordinária.

§ 1º - A correição ordinária será realizada anualmente pelo Corregedor-Geral, para verificar a eficiência e a assiduidade no serviço.

§ 2º - A correição extraordinária será realizada pelo Corregedor-Geral, visando ao fim específico de interesse do serviço.

Art. 86 - Cabe ao Corregedor-Geral da Defensoria Pública, concluídas as correições de que trata o art. 85, apresentar ao Defensor Público Geral o relatório dos fatos apurados, com a indicação das providências a serem adotadas.

CAPÍTULO II

Das Infrações, das Penalidades e da Prescrição

Seção I

Das Infrações

Art. 87 - Constituem infrações disciplinares dos membros da Defensoria Pública, além de outras definidas em lei:

I - violação dos deveres funcionais e das vedações previstas nos arts. 80, 81 e 82 desta lei complementar;

II - prática de crime contra a administração pública;

III - ato de improbidade administrativa;

IV - abandono de cargo.

Parágrafo único - Considera-se abandono de cargo a ausência do Defensor Público ao serviço, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos ou noventa dias intercalados, no período de doze meses.

Seção II

Das Penalidades



Art. 88 - Os membros da Defensoria Pública estão sujeitos às seguintes penalidades, que constarão em seus assentos profissionais:

- I - advertência;
- II - suspensão por até noventa dias;
- III - remoção compulsória;
- IV - demissão;
- V - cassação de aposentadoria.

§ 1º - Aplica-se a pena de advertência às infrações disciplinares previstas nesta lei complementar não punidas com sanção específica.

§ 2º - O membro da Defensoria Pública que praticar infração punível com remoção compulsória ou demissão não poderá aposentar-se até o trânsito em julgado do procedimento administrativo-disciplinar, salvo por implemento de idade.

Art. 89 - Considera-se reincidência, para os efeitos desta lei complementar, a prática de nova infração na metade do prazo previsto no art. 97, incisos I e II, contado da edição do ato que tenha imposto a pena disciplinar.

Art. 90 - Na aplicação de pena disciplinar, considerar-se-ão os antecedentes do membro da Defensoria Pública, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultaram ao serviço e à dignidade da instituição.

Art. 91 - São competentes para impor as penalidades de que trata esta seção:

- I - O Governador do Estado, nos casos de demissão e de cassação de aposentadoria;
- II - O Defensor Público Geral, nos demais casos.

§ 1º - Nenhuma penalidade será aplicada sem que se garanta o contraditório e a ampla defesa ao membro da Defensoria Pública, com os meios e recursos a ela inerentes, sendo obrigatória a instauração de processo administrativo-disciplinar.

§ 2º - As penas disciplinares serão aplicadas cumulativamente em caso de concurso de infrações, salvo quando, em razão de reincidência, esta implicar sanção mais grave.

Subseção I

Da Advertência

Art. 92 - A pena de advertência será aplicada reservadamente e por escrito, nos casos de violação dos deveres e das proibições funcionais e nos casos de desempenho e produtividade insuficientes, apurados nos termos do regulamento, quando o fato não justificar a imposição de pena mais grave.

Subseção II

Da Suspensão

Art. 93 - A suspensão, por até noventa dias, será aplicada quando houver



reincidência em falta punida com advertência ou quando a infração dos deveres e das proibições funcionais, por sua gravidade, justificar a sua imposição.

§ 1º - Enquanto durar, a suspensão importa na perda do subsídio inerente ao exercício do cargo.

§ 2º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) do subsídio, correspondente ao número de dias, ficando o membro da Defensoria Pública obrigado a permanecer em serviço.

Subseção III

Da Remoção Compulsória

Art. 94 - A remoção compulsória será aplicada quando a infração praticada, por sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do membro da Defensoria Pública no órgão de atuação em que está lotado.

Subseção IV

Da Demissão

Art. 95 - A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver reincidência em falta punida com suspensão ou remoção compulsória e nas seguintes hipóteses, entre outras previstas em lei:

I - lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio estatal ou de bens e valores confiados a sua guarda;

II - improbidade administrativa, nos termos da lei;

III - condenação por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, quando a pena aplicada for igual ou superior a dois anos;

IV - incontinência pública escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade ou o decoro inerentes ao cargo e à instituição;

V - abandono do cargo;

VI - revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo;

VII - aceitação ilegal de cargo ou função pública.

Subseção V

Da Cassação da Aposentadoria

Art. 96 - A pena de cassação da aposentadoria será aplicada nos casos de falta punível com demissão, praticada no exercício do cargo.

Seção III

Da Prescrição

Art. 97 - A prescrição das faltas ocorrerá:

I - em dois anos, as puníveis com advertência e suspensão;



II - em quatro anos, as puníveis com demissão e cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.

§ 1º - A infração disciplinar punida em lei como crime terá o prazo de prescrição deste.

§ 2º - A prescrição começa a correr:

I - do dia em que a falta foi cometida;

II - do dia em que tenha cessado a continuação, no caso de falta continuada.

§ 3º - A verificação de incapacidade mental, no curso de processo administrativo-disciplinar, suspende a prescrição.

§ 4º - A prescrição não terá curso durante o período de estágio probatório.

§ 5º - A instauração de processo administrativo ou a citação do infrator para a ação judicial interrompe a prescrição.

CAPÍTULO III

Do Processo Administrativo

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 98 - Para efeito de apuração das infrações disciplinares praticadas pelos membros da Defensoria Pública, o processo administrativo-disciplinar será dividido em sindicância e procedimento administrativo-disciplinar.

Art. 99 - O processo administrativo-disciplinar será conduzido por uma comissão composta de três membros, designados pelo Defensor Público Geral.

§ 1º - A comissão será constituída por Subcorregedores-Gerais da Defensoria Pública, cabendo a presidência ao mais antigo na Classe Especial, em caso de processo administrativo-disciplinar instaurado contra Defensor Público de Classe Especial.

§ 2º - Serão assegurados à comissão, a qual atuará com isenção e imparcialidade, todos os meios necessários ao desempenho de suas atribuições e, especialmente, o exercício das prerrogativas previstas no art. 74, incisos V, VI, VII e IX, desta lei complementar.

Art. 100 - Será determinada a suspensão do feito se, no curso do processo administrativo-disciplinar, houver indícios de incapacidade mental do membro da Defensoria Pública, observado o previsto no art. 97, § 3º, desta lei complementar.

Art. 101 - Das decisões condenatórias proferidas em processo administrativo-disciplinar, caberá recurso ao Conselho Superior no prazo de quinze dias contados da intimação pessoal do membro da Defensoria Pública ou de seu procurador.

Art. 102 - A Corregedoria-Geral regulamentará o processo administrativo-disciplinar, atendido o disposto nesta lei complementar.

Art. 103 - (Vetado).



Seção II

Da Sindicância

Art. 104 - A sindicância, de caráter sigiloso, tem por finalidade a averiguação da conduta do membro da Defensoria Pública, podendo instruir, quando for o caso, o processo administrativo-disciplinar.

Art. 105 - A Corregedoria-Geral, de ofício, por provocação dos órgãos da administração superior da Defensoria Pública, do Defensor Público Geral, bem como por representação escrita ou reduzida a termo de qualquer interessado, poderá instaurar sindicância, de caráter sigiloso e simplesmente investigatório, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela existência de falta ou de sua autoria, atendidos os seguintes requisitos:

I - qualificação do representante;

II - exposição dos fatos e indicação das provas;

III - notificação pessoal do membro da Defensoria Pública sobre os fatos a ele imputados;

IV - conclusão da sindicância no prazo máximo de trinta dias, admitida uma prorrogação por igual período.

Art. 106 - Na sindicância, será obrigatoriamente ouvido o sindicado, sob pena de nulidade, o qual será notificado pessoalmente dos fatos a ele imputados.

Parágrafo único - A notificação do membro da Defensoria Pública será feita mediante edital publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado, com o prazo de cinco dias, se ele estiver em lugar incerto, ignorado, inacessível ou se furtar à realização do ato.

Art. 107 - O Corregedor-Geral poderá determinar o arquivamento da representação se desatendidos os requisitos dos arts. 104, 105 e 106 desta lei complementar ou se ela for manifestamente improcedente, dando-se ciência ao membro da Defensoria Pública e ao Defensor Público Geral.

Parágrafo único - O Defensor Público Geral, recebida a representação, se considerar insubsistentes os motivos do arquivamento previsto no "caput" deste artigo, poderá determinar a instauração da sindicância.

Art. 108 - Encerrada a sindicância, a comissão sindicante encaminhará os autos ao Corregedor-Geral, com relatório fundamentado, propondo as medidas cabíveis, bem como, se for o caso, o afastamento do sindicado até a decisão final do processo administrativo-disciplinar, sem prejuízo de seu subsídio.

Seção III

Do Processo Administrativo-Disciplinar

Art. 109 - O processo administrativo-disciplinar será instaurado para a aplicação das penalidades previstas nesta lei complementar, podendo ser instruído pelos autos da sindicância ou por outros elementos que efetivamente comprovem a autoria e a materialidade dos fatos.

Parágrafo único - O processo administrativo-disciplinar poderá ser instaurado para instruir a ação de decretação da perda do cargo de membro da Defensoria Pública.

Art. 110 - O processo administrativo-disciplinar será instaurado por ato:



I - do Corregedor-Geral;

II - do Defensor Público Geral, quando recomendado pelo Conselho Superior.

Art. 111 - Caso a infração seja punível com pena de demissão, caberá ao Conselho Superior da Defensoria Pública decidir sobre a matéria.

Art. 112 - O processo administrativo-disciplinar poderá ser confidencial, a critério da autoridade instauradora, e as sanções disciplinares farão referência exclusivamente ao número do processo, sem menção ao fato que lhe deu origem.

Art. 113 - O membro da Defensoria Pública será notificado pessoalmente dos fatos a ele imputados, para defesa em quinze dias contados do efetivo recebimento da notificação.

Parágrafo único - A notificação do membro da Defensoria Pública será feita mediante edital publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado, com prazo de cinco dias, se ele estiver em lugar incerto, ignorado, inacessível ou se furtar à

realização do ato.

Art. 114 - A defesa poderá ser oferecida pessoalmente ou por intermédio de procurador constituído.

Art. 115 - Em caso de revelia, a defesa será apresentada por Defensor Público da Classe Especial, mediante designação do presidente da comissão.

Art. 116 Em qualquer fase do processo administrativo-disciplinar, o membro da Defensoria Pública considerado revel poderá constituir procurador ou assumir pessoalmente a defesa.

Art. 117 - A comissão, após colhidas as declarações do membro da Defensoria Pública, salvo na hipótese prevista no art. 114 desta lei complementar, determinará a oitiva de testemunhas arroladas, a juntada de documentos indicados e a realização de outras provas, nos quinze dias subseqüentes à apresentação da defesa.

§ 1º - A comissão poderá indeferir as provas reputadas impertinentes ou meramente protelatórias.

§ 2º - Concluída a instrução, o membro da Defensoria Pública ou seu procurador, nos cinco dias subseqüentes, poderá oferecer alegações finais por escrito.

§ 3º - O processo administrativo-disciplinar será concluído no prazo de até sessenta dias contados da conclusão da instrução, admitida uma prorrogação por igual período, mediante motivação expressa.

Art. 118 - A comissão, concluído o processo administrativo-disciplinar, apresentará relatório e encaminhará os autos ao Corregedor-Geral.

§ 1º - O relatório será conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do membro da Defensoria Pública.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do membro da Defensoria Pública, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - Recebido o relatório, o Corregedor-Geral, no prazo de dez dias, o



encaminhará ao Defensor Público Geral, com parecer conclusivo, propondo a pena aplicável, se for o caso.

§ 4º - O Defensor Público Geral, em ato motivado, proferirá sua decisão no prazo de dez dias contados do recebimento do processo.

Art. 119 - O membro da Defensoria Pública ou seu defensor, no caso de revelia, será intimado pessoalmente da decisão proferida.

Art. 120 - A Corregedoria-Geral fornecerá certidões relativas ao processo administrativo-disciplinar exclusivamente ao membro da Defensoria Pública, ao Defensor Público Geral, aos órgãos da administração superior da Defensoria Pública ou, se for o caso, àquele que tenha representado sobre o fato.

Art. 121 - Aplicam-se subsidiariamente ao processo administrativo-disciplinar as normas que forem baixadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública e as da legislação atinente aos servidores públicos civis do Estado.

Seção IV

Do Recurso

Art. 122 - Da decisão condenatória proferida pelo Defensor Público Geral, poderá o membro da Defensoria Pública ou seu procurador, no prazo de dez dias contados da intimação, interpor recurso com efeito suspensivo ao Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 123 - A distribuição e o julgamento do recurso pelo Conselho Superior será realizado de acordo com as normas regimentais, intimando-se o recorrente da decisão.

Seção V

Da Revisão

Art. 124 - A revisão do processo administrativo-disciplinar será admitida a qualquer tempo, sempre que forem alegados vícios insanáveis no procedimento ou quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar a inocência ou de justificar a imposição de pena mais branda.

§ 1º - A revisão poderá ser requerida pelo próprio interessado ou, se falecido, pelo cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão ou, se interdito, pelo curador.

§ 2º - O pedido de revisão será dirigido à autoridade que houver aplicado a sanção, a qual, se o admitir, determinará o seu processamento em apenso aos autos originais e providenciará a designação de comissão revisora, composta por três membros da Defensoria Pública de Classe Especial não participantes do processo administrativo-disciplinar.

Art. 125 - Concluída a instrução no prazo de quinze dias, a comissão revisora relatará o processo em dez dias e o encaminhará à autoridade competente, que sobre ele decidirá no prazo de trinta dias.

Parágrafo único - Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se os direitos por ela atingidos.

Seção VI

Da Reabilitação



Art. 126 - Decorridos dois anos do trânsito em julgado da decisão que lhe houver imposto penalidade disciplinar de advertência ou suspensão, poderá o membro da Defensoria Pública requerer ao Conselho Superior o cancelamento das suas notas nos assentos funcionais, salvo se reincidente.

TÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

Art. 127 - A primeira eleição para a escolha do Defensor Público Geral, na forma prevista no art. 7º, realizar-se-á no prazo de noventa dias contados da data de publicação desta lei complementar.

§ 1º - A eleição a que se refere o "caput" deste artigo será organizada por uma comissão eleitoral instituída por resolução do Procurador-Chefe em exercício e integrada por dois representantes de cada classe da carreira.

§ 2º - Até a posse do Defensor Público Geral, o Procurador-Chefe em exercício responderá pelas funções do cargo.

Art. 128 - O Dia do Defensor Público do Estado de Minas Gerais será comemorado no aniversário da publicação desta lei complementar.

Art. 129 - A Defensoria Pública publicará periodicamente a "Revista da Defensoria Pública de Minas Gerais", com a finalidade de divulgar trabalhos jurídicos de interesse da instituição.

Art. 130 - Ao membro ou servidor da Defensoria Pública é vedado manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único - Considera-se chefia imediata, para os fins do "caput" deste artigo, a subordinação administrativa direta ao membro da Defensoria Pública.

Art. 131 - A Defensoria Pública poderá firmar convênios com associações de classe ou entidades congêneres e assemelhadas, objetivando a manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus membros e servidores.

Art. 132 - A Defensoria Pública, nos termos da lei, poderá manter estágio profissional para acadêmico de Direito que esteja matriculado nos quatro últimos semestres de cursos mantidos por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido.

§ 1º - Os estagiários serão designados pelo Defensor Público Geral, pelo período de um ano, podendo este prazo ser prorrogado por igual período;

§ 2º - Os estagiários poderão ser dispensados do estágio antes de decorrido o prazo de sua duração nas seguintes hipóteses:

I - a pedido;

II - por prática de ato que justifique seu desligamento.

§ 3º - O tempo de estágio será considerado serviço público relevante e como de prática forense.

Art. 133 - Fica criada a Medalha do Mérito da Defensoria Pública, cuja concessão será regulamentada em ato do Defensor Público Geral.

Art. 134 - Os prazos previstos nesta lei complementar serão computados



excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em sábado, domingo, feriado ou dia em que não haja expediente na Defensoria Pública.

Art. 135 - A Defensoria Pública Geral e os órgãos da administração superior adaptarão seus atos normativos aos preceitos desta lei complementar no prazo de noventa dias contados da eleição de que trata o art. 127 desta lei complementar.

Art. 136 - O Governador do Estado encaminhará à Assembléia Legislativa projeto de lei criando a estrutura complementar da Defensoria Pública, com os cargos e funções necessários à aplicação do disposto nesta lei complementar.

§ 1º - Até que se implemente a estrutura administrativa a que se refere o "caput" deste artigo, fica mantida a estrutura vigente na data de publicação desta lei complementar.

§ 2º - A Divisão de Apoio Administrativo prevista no inciso II-C do Decreto nº 21.748, de 30 de novembro de 1981, passa a denominar-se Divisão de Apoio Administrativo e Financeiro.

Art. 137 - Aos membros da Defensoria Pública em exercício quando da publicação desta lei complementar, não se aplica a proibição prevista no art. 80, inciso I, até a fixação dos subsídios previstos no art. 75.

(Declarada a inconstitucionalidade - ADIN 3043 - Plenário 26/4/2006.)

Art. 138 - Fica criado o Anexo II G do Decreto nº 36.033, de 14 de setembro de 1994, que contém o Quadro Especial de Pessoal da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - A composição do Quadro Especial de Pessoal da Defensoria Pública de que trata o "caput" deste artigo dar-se-á por meio de remanejamento de cargos de provimento efetivo e de funções públicas a ser estabelecido pela Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração.

Art. 139 - Fica assegurado ao ocupante de cargo efetivo ou detentor de função pública lotado e com exercício na Defensoria Pública, unidade administrativa da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, o direito de manifestar, no prazo de trinta dias contados da data de publicação desta lei complementar, opção pelo remanejamento de que trata o parágrafo único do art. 138.

§ 1º - A opção de que trata este artigo será manifestada em requerimento dirigido ao Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração e protocolizado na Diretoria de Pessoal da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos.

§ 2º - O remanejamento de que trata o "caput" deste artigo efetivar-se-á por ato do Governador do Estado.

(Vide art. 35 da Lei nº 15301, de 10/8/2004.)

Art. 140 - Integram o Anexo de que trata o art. 46 os servidores estaduais investidos na função de Defensor Público na data de publicação desta lei complementar.

(Caput declarado inconstitucional em 24/10/2007. ADIN 3819-2).



Parágrafo único - A comprovação da investidura a que se refere o "caput" deste artigo se fará mediante a apresentação de documento oficial que comprove o exercício da função.

(Parágrafo declarado inconstitucional em 24/10/2007. ADIN 3819-2).

Art. 141 - Aplica-se o disposto no art. 140 aos cinquenta servidores estaduais em exercício da função de Assistente Jurídico de Penitenciária, identificados nos termos do parágrafo único daquele artigo.

(Vide art. 55 da Lei nº 15788, de 27/10/2005.)

(Vide art. 135 da Lei nº 15961, de 30/12/2005.)

(Artigo declarado inconstitucional em 24/10/2007. ADIN 3819-2).

Art. 142 - Aplicam-se ao Defensor Público, subsidiariamente, a Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e as normas atinentes aos servidores públicos civis do Estado.

Art. 143 - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão e de recrutamento limitado:

I - um cargo de Subdefensor Público Geral, com a remuneração correspondente a 80% (oitenta por cento) da remuneração do Defensor Público Geral;

II - um cargo de Corregedor-Geral, com a remuneração correspondente a 80% (oitenta por cento) da remuneração do Defensor Público Geral.

(Vide art. 5º da Lei Complementar nº 92, de 23/6/2006.)

Art. 144 - Fica transformado em Defensor Público Geral o cargo de provimento em comissão de Procurador-Chefe da Defensoria Pública, código DDPl, símbolo DP-6A, mantidos os mesmos código e símbolo.

(Vide art. 5º da Lei Complementar nº 92, de 23/6/2006.)

Art. 145 - Ficam transferidos para a Defensoria Pública os contratos, convênios e outras modalidades de ajuste celebrados pela Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos cujos objetivos se relacionam com a competência do órgão autônomo instituído por esta lei complementar.

Art. 146 - Os honorários de sucumbência devidos aos Defensores Públicos, quando no exercício de suas atribuições institucionais, serão partilhados igualitariamente entre os membros da Defensoria Pública em atividade.

Parágrafo único - A regulamentação da distribuição dos honorários de sucumbência será aprovada pelo Conselho Superior mediante proposição de comissão paritária para este fim designada, assegurada a representação de membros da Defensoria Pública e de todas as classes.

Art. 147 - Fica criada uma comissão composta pelos Secretários-Adjuntos do Planejamento e Coordenação Geral, de Recursos Humanos e Administração, da Fazenda e da Justiça e de Direitos Humanos e pelo Procurador-Chefe e o representante de classe, com a incumbência de providenciar os atos necessários à efetiva instalação da Defensoria Pública.

Art. 148 - No exercício de 2002, as despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.



Art. 149 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 150 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 16 de janeiro de 2003.

AÉCIO NEVES - Governador do Estado.

ANEXO

(a que se refere o art. 46 da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003)

QUADRO DE CARGOS DA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL

QUANTITATIVO E DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES

Classe	Nível	Número de vagas
Defensor Público de Classe Especial	-	200
Defensor Público de Classe IV	-	210
Defensor Público de Classe III	-	240
Defensor Público de Classe II	-	250
Defensor Público de Classe I	II	300"
	I	

(Anexo com redação dada pelo anexo I da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

(Vide art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 23/11/2007.)

=====
Data da última atualização: 30/01/2008

ALMG

pesquisa



Norma: **LEI COMPLEMENTAR 65 2003** Data: 16/01/2003 Origem: LEGISLATIVO **Trancrição**

Ementa: ORGANIZA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, DEFINE SUA COMPETÊNCIA E DISPÕE SOBRE A CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arguição de - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Inconstitucionalidade: NÚMERO: 3043-4

TRIBUNAL: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISPOSITIVO: ART. 137

LIMINAR: PREJUDICADA

JULGAMENTO DO MÉRITO: PROCEDENTE - PLENÁRIO - 26/4/2006 - DIÁRIO DA JUSTIÇA - 27/10/2006

- Ação Direta de Inconstitucionalidade

NÚMERO: 3819-2

TRIBUNAL: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISPOSITIVO: CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 140 E ARTIGO 141.

LIMINAR: PREJUDICADA

JULGAMENTO DO MÉRITO: PROCEDENTE - PLENÁRIO 24/10/2007 - DIÁRIO DA JUSTIÇA - 28/3/2008

Relevância:

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Fonte:

PUBLICAÇÃO - MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 17/01/2003 PÁG. 2 COL. 2

Vide:

LEI COMPLEMENTAR 66 2003

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 23/01/2003 PÁG. 1 COL. 2
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 5 INCISO XII

LEI DELEGADA 56 2003 / ART. 5

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 30/01/2003 PÁG. 4 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 2

DECRETO 43752 2004 / ART. 1

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 20/02/2004 PÁG. 2 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 138

DECRETO 43752 2004 / ART. 2

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 20/02/2004 PÁG. 2 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 139 PARÁGRAFO 2

LEI 15301 2004 / ART. 35

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 11/08/2004 PÁG. 4 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 139

LEI 15301 2004 / ART. 41

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 11/08/2004 PÁG. 4 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE

LEI 15788 2005 / ART. 55

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO ANEXO - 28/10/2005 PÁG. 54 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 141

LEI 15961 2005 / ART. 135

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 31/12/2005 PÁG. 1 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 141

LEI COMPLEMENTAR 87 2006

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 13/01/2006 PÁG. 1 COL. 1
LEGISLAÇÃO RELEVANTE ART. 6

LEI COMPLEMENTAR 87 2006 / ART. 1

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 13/01/2006 PÁG. 1 COL. 1
ALTERAÇÃO ART. 6

LEI COMPLEMENTAR 87 2006 / ART. 2

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 13/01/2006 PÁG. 1 COL. 1
ALTERAÇÃO ART. 7 PARÁGRAFO 4

LEI COMPLEMENTAR 87 2006 / ART. 3

MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO - 13/01/2006 PÁG. 1 COL. 1
ALTERAÇÃO ART. 20

DECRETO 44267 2006

